



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: CONVERGÊNCIAS ENTRE
AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA**

ALINE PONCIO

Araras

2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: CONVERGÊNCIAS ENTRE
AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA**

ALINE PONCIO

ORIENTADORA: PROF^a DR^a ADRIANA ESTELA SANJUAN MONTEBELLO

COORIENTADORA: PROF^a DR^a MARTA CRISTINA MARJOTTA-MAISTRO

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Rural como requisito
parcial à obtenção do título de MESTRE
EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL

Araras

2025

Poncio, Aline

Comercialização de alimentos: Convergências entre Agroecologia e Economia Solidária / Aline Poncio -- 2025.
82f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras
Orientador (a): Adriana Estela Sanjuan Montebello
Banca Examinadora: Marta Cristina Marjotta Maistro, Christiano França da Cunha, Taís Pentiado Godoy
Bibliografia

1. Economia solidária. 2. Agroecologia. 3. Tecnologia social. I. Poncio, Aline. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Helena Sachi do Amaral - CRB/8
7083



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Aline Poncio, realizada no dia 30/05/2025.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Marta Cristina Marjotta Maistro (UFSCar)

Prof. Dr. Christiano França da Cunha (UNICAMP)

Profa. Dra. Tais Pentiado Godoy (AFA)

O relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, a todos que pegaram na minha mão para me apoiar, sei que vocês estiveram ao meu lado durante todas as etapas do mestrado. Quando me formei na graduação em Agroecologia, na mesma instituição, o discurso da colação de grau foi voltado ao privilégio que tínhamos, mesmo no cenário pós pandêmico, de ter tido acesso à educação de qualidade gratuita. Ter estudado na UFSCar sempre foi motivo de muito orgulho para mim e ao meu redor, e estudar ciências agrárias me faz pensar no passado de minha família e nas raízes das quais não estive tão perto, mas que carrego em mim.

Obrigada mãe por ser sempre ser tão gentil comigo e por ser uma inspiração imensa e constante. Obrigada pai por sempre me incentivar a seguir os estudos e não me deixar desistir. Obrigada Lara e Tales vocês são a melhor irmã e melhor irmão que alguém poderia ter, obrigada por serem vocês e trazerem tanto amor para a minha vida.

Obrigada Gabriel por sempre estar ao meu lado, me dando suporte em absolutamente tudo, a vida é muito melhor compartilhada com você.

Obrigada a minha orientadora, Adriana, e a minha coorientadora, Marta, que sempre apoiaram e guiaram esse trabalho. Também agradeço a Cris, obrigada pela paciência e perseverança com todos nós, o PPGADR jamais seria o mesmo sem você. Agradeço também aos professores e professoras que passaram por essa jornada, e a todos aos amigos da turma de 2023, voltei a estudar porque sabia que teríamos espaços de troca como os que tivemos, sempre muito importantes para minha formação. Agradeço aos docentes que participaram das bancas de qualificação e dissertação, com contribuições que trouxeram muitas melhorias para este trabalho.

Também agradeço aos meus amigos, que me ensinam todas as vezes em que estamos juntos, com acolhimento e disponibilidade de falar sobre este trabalho.

Agradeço aos associados do Instituto Candombá, por todas as vezes que pudemos conversar e refletir sobre as possibilidades e alternativas propostas pela economia solidária.

Por fim, agradeço ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	7
1.1 REFERÊNCIAS.....	10
2. CAPÍTULO 1 – STATUS DA PESQUISA SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO AGRÍCOLA	13
2.1 INTRODUÇÃO	14
2.2 MATERIAL E MÉTODOS.....	15
2.2.1 Levantamento e triagem das publicações	15
2.2.2 Mapeamento científico no <i>VOSViewer</i>	17
2.2.3 Análise de conteúdo.....	17
2.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
2.3.1 Análise de desempenho.....	19
2.3.2 Mapeamento científico	25
2.3.3 Análise de conteúdo.....	27
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
2.5 REFERÊNCIAS.....	33
3. CAPÍTULO 2 – GESTÃO PAUTADA EM PRINCÍPIOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO SOBRE TECNOLOGIA SOCIAL	37
3.1 INTRODUÇÃO	38
3.2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	39
3.2.1 Breve contexto da agroecologia no Brasil	39
3.2.2 Agroecologia	39
3.2.3 Convergências entre economia solidária e agroecologia	41
3.2.4 Agricultura familiar e desafios na comercialização.....	43
3.2.5 Tecnologia social	46
3.2.6 Destinos da pesquisa e estudo de caso.....	48
3.3 MATERIAL E MÉTODOS.....	49
3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
3.4.1 CRIAÇÃO DO INSTITUTO CANDOMBÁ.....	50
3.4.2. FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO CANDOMBÁ.....	52
3.4.3 ALIMENTOS E AGRICULTORES.....	55
3.4.4 CONSUMIDORES	57
3.4.5 ANÁLISE DE TECNOLOGIA SOCIAL	59
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62

3.6 REFERÊNCIAS.....	63
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAL	67
APÊNDICES	69
APÊNDICE 1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE): INSTITUTO CANDOMBÁ.....	69
APÊNDICE 2. ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – INSTITUTO CANDOMBÁ.....	73

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Publicações que apresentam mercados de economia solidária como objeto de pesquisa.....	28
--	----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma da metodologia de Análise bibliométrica.....	18
Figura 2: Fluxograma do levantamento, triagem e análise bibliométrica.....	18
Figura 3: Número de artigos publicados, por áreas de pesquisa, que se relacionam com economia solidária no contexto agrícola, indexados na base de dados <i>Web of Science</i>	20
Figura 4: Número de artigos publicados por ano, que se relacionam com economia solidária no contexto agrícola, indexados na base de dados <i>Web of Science</i>	21
Figura 5: Países que mais publicaram sobre economia solidária no contexto agrícola indexados na base de dados <i>Web of Science</i>	21
Figura 6: Periódicos mais recorrentes das publicações sobre economia solidária no contexto agrícola, indexados na base de dados <i>Web of Science</i> ..	24
Figura 7: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que mais se relacionam com as publicações de economia solidária no contexto agrícola, indexados na base de dados <i>Web of Science</i>	25
Figura 8: Mapa de palavras-chave produzido pelo <i>VOSViewer</i> , obtidas a partir das publicações de economia solidária no contexto agrícola, indexados na base de dados <i>Web of Science</i>	26

COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: CONVERGÊNCIAS ENTRE AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Autora: ALINE PONCIO

Orientadora: PROF^a DR^a ADRIANA ESTELA SANJUAN MONTEBELLO

Coorientadora: PROF^a DR^a MARTA CRISTINA MARJOTTA-MAISTRO

RESUMO

Desde a década de 1990, experiências econômicas baseadas em práticas solidárias têm se consolidado no Brasil, promovendo redes de cooperação entre agricultores e consumidores, fortalecendo a autogestão e valorizando a participação popular. Nesse cenário, a economia solidária surge como uma alternativa que articula dimensões econômicas e sociais, orientada pela cooperação e pelo bem coletivo. Considerando a relevância do tema, esta dissertação investigou a interseção entre economia solidária e contextos agrícolas a partir de dois percursos metodológicos complementares: uma análise bibliométrica de publicações científicas e um estudo de caso. No primeiro capítulo, foi realizada uma análise bibliométrica na base de dados *Web of Science*, com o objetivo de mapear a produção científica sobre a economia solidária em contextos agrícolas e identificar os principais atores, abordagens e tendências de pesquisa. Foram encontradas 124 publicações, evidenciando tratar-se de um campo multidisciplinar, com destaque para as áreas de ecologia, economia empresarial e agricultura. Observou-se um aumento de publicações a partir de 2019, atingindo o maior número em 2024. Brasil, Espanha, Itália e Inglaterra se destacaram entre os países mais atuantes, e periódicos como *Sustainability*, *Journal of Rural Studies* e *Agriculture-Basel* apareceram como os mais recorrentes. A análise de conteúdo revelou cinco artigos que abordavam mercados de economia solidária, os quais convergem ao destacar esse modelo como alternativa viável para a comercialização de alimentos, promovendo

proximidade entre produtores e consumidores e práticas sustentáveis de produção. O segundo capítulo apresenta um estudo de caso realizado com o Instituto Candombá, localizado em Campinas (SP), a fim de compreender como a gestão baseada nos princípios da economia solidária pode ser caracterizada como tecnologia social. A pesquisa, de natureza qualitativa, envolveu entrevistas semiestruturadas e visitas, permitindo identificar a atuação o espaço econômico tendo como princípios a autogestão, transparência, preço justo e cooperação. Os resultados mostraram que o processo de incubação do Instituto Candombá pelo Instituto Chão (localizado na cidade de São Paulo - SP) possibilitou a adaptação e a reaplicação de um modelo de mercado orientado pela economia solidária, ainda que com desafios de divulgação e sustentabilidade financeira. Dessa forma, a presente dissertação evidencia que a economia solidária, além de um conceito em expansão no meio acadêmico, pode ser operacionalizada como prática concreta de organização econômica, configurando-se como tecnologia social com potencial de transformação e reaplicação em diferentes contextos.

Palavras-chave: Economia solidária; Agroecologia; Tecnologia social; Rede alimentar alternativa; Análise bibliométrica; Estudo de caso.

FOOD MARKETING: CONVERGENCES BETWEEN AGROECOLOGY AND SOLIDARITY ECONOMY

Author: ALINE PONCIO

Adviser: PROF^a DR^a ADRIANA ESTELA SANJUAN MONTEBELLO

Co-adviser: PROF^a DR^a MARTA CRISTINA MARJOTTA-MAISTRO

ABSTRACT

Since the 1990s, economic experiences based on solidarity practices have been consolidated in Brazil, promoting networks of cooperation between farmers and consumers, strengthening self-management, and valuing popular participation. In this context, solidarity economy emerges as an alternative that articulates economic and social dimensions, guided by cooperation and the common good. Considering the relevance of the topic, this dissertation investigated the intersection between solidarity economy and agricultural contexts through two complementary methodological approaches: a bibliometric analysis of scientific publications and a case study. In the first chapter, a bibliometric analysis was conducted using the Web of Science database, with the aim of mapping the scientific production on solidarity economy in agricultural contexts and identifying the main actors, approaches, and research trends. A total of 124 publications were found, evidencing that this is a multidisciplinary field, with emphasis on ecology, business economics, and agriculture. An increase in publications was observed from 2019 onwards, reaching its highest number in 2024. Brazil, Spain, Italy, and England stood out among the most active countries, while journals such as Sustainability, Journal of Rural Studies, and Agriculture-Basel appeared as the most recurrent. The content analysis revealed five articles that addressed solidarity economy markets, which converge in highlighting this model as a viable alternative for food commercialization, fostering proximity between producers and consumers and sustainable production practices. The second chapter presents a case study carried out with the Instituto Candombá, located in Campinas (SP),

in order to understand how management based on the principles of solidarity economy can be characterized as a social technology. The qualitative research involved semi-structured interviews and field visits, allowing the identification of its economic practice based on principles such as self-management, transparency, fair pricing, and cooperation. The results showed that the incubation process of Instituto Candombá by Instituto Chão (based in São Paulo - SP) enabled the adaptation and reapplication of a market model guided by solidarity economy, even though it faces challenges such as outreach strategies and financial sustainability. In this way, this dissertation demonstrates that solidarity economy, beyond being an expanding concept in the academic field, can be operationalized as a concrete practice of economic organization, configured as a social technology with potential for transformation and reapplication in different contexts.

Key-words: Solidarity economy; Agroecology; Social technology; Alternative food network; Bibliometric analysis; Case study.

1 INTRODUÇÃO GERAL

Cada vez mais são realizados trabalhos cujos resultados evidenciam impactos negativos do sistema agroalimentar em que vivemos. Esses impactos ocorrem em âmbitos ecológicos, sociais e econômicos, sendo acentuados em países do sul global. É indiscutível a necessidade de se repensar este sistema que gera desigualdades, degrada paisagens, marginaliza práticas sustentáveis de produção de alimentos, agrava conflitos pelo uso da terra e perpetua insegurança alimentar e nutricional (LEVIDOW *et al.*, 2023).

Após a pandemia da Covid-19 ficou ainda mais evidente os danos deste sistema agroalimentar. As populações mais vulneráveis foram as mais atingidas durante este período, sendo que, o desemprego, juntamente com o aumento dos preços dos alimentos, agravou ainda mais a fragilidade da situação (TITTONELL *et al.*, 2021). Ao mesmo tempo em que as restrições da pandemia foram aliviadas nos últimos anos, a sociedade levantou o discurso de que não deveríamos voltar à “normalidade”, pois a então chamada “normalidade” também já apresentava muitos problemas (PRASHAD, 2020).

Uma análise crítica é necessária para identificar ações que possam levar a um processo de transição entre o atual sistema agroalimentar a um sistema agroalimentar sustentável, a fim de amenizar os desafios atuais. É necessária uma visão ampla sobre tais problemas, sendo imprescindível a participação de diversos atores sociais para confrontá-los de maneira sistemática (FRIEDMANN, 2017).

A agroecologia se constitui num campo de conhecimento que reúne reflexões multidisciplinares, incorporando complexas variáveis que incluem âmbitos econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos. O enfoque no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis, possui condições para endereçar e propor soluções aos riscos, desigualdades e injustiças do sistema agroalimentar atual (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

A agroecologia, enquanto movimento, ciência e prática, estabelece fundamentos para a transição a um sistema agroalimentar alternativo, capaz de assegurar a sustentabilidade social das famílias agricultoras e promover a

equidade no acesso a alimentos saudáveis e seguros para a sociedade (WEZEL *et al.*, 2009). Segundo Contrigiani *et al.* (2023), diferentes grupos de agricultores estão criando abordagens diferentes para a comercialização e distribuição de alimentos. A busca de inserção em variados tipos de mercado, a agroindustrialização autônoma e, conseqüentemente, a maior agregação de valor aos produtos são também ferramentas relevantes para o sucesso da comercialização de alimentos pela agricultura familiar (MIRA *et al.*, 2018).

Simultaneamente às ações dos agricultores, surgem iniciativas de consumidores organizados, que buscam novas formas de consumo, priorizando o caráter local e estabelecendo conexões mais próximas com quem está produzindo alimentos. São muitas as redes alimentares alternativas que se apoiam em princípios agroecológicos, como cestas, feiras, hortas urbanas, entre outros (CHEUNG, 2022).

Muitos destes exemplos são circuitos curtos de comercialização, ou seja, modelos de distribuição de alimentos que buscam a redução de intermediários desde o agricultor até o consumidor final. A partir do encurtamento da cadeia produtiva é permitido que os alimentos cheguem diretamente aos consumidores reduzindo os custos e aumentando a transparência entre os atores envolvidos. Com a redução de intermediários e atravessadores, os produtores recebem um valor financeiro mais justo por seu trabalho. Essas ações promovem relações mais diretas e conscientes sobre os processos relacionados a produção de alimentos (DAROLT, 2012; ROVER e DAROLT, 2021).

Nos últimos anos, a cidade de São Paulo tem presenciado o fortalecimento de redes alimentares alternativas que propõem novas formas de produção e consumo baseadas na agroecologia, na justiça social e na sustentabilidade. Iniciativas como a CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura), o coletivo Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo (MUDA-SP) e a Rede de Grupos de Consumo Responsável conectam produtores e consumidores por meio de relações de confiança, apoio mútuo e circuitos curtos de comercialização. Instituições como o Instituto Chão, o Instituto Feira Livre, o Instituto Baru e o Armazém do Campo também têm papel central nesse cenário, atuando como espaços de comercialização direta e democrática,

onde o preço justo, a transparência e a valorização do trabalho coletivo são fundamentais. Essas redes valorizam a agricultura familiar, promovem o consumo consciente e fortalecem a economia local (CHEUNG, 2022).

Essas iniciativas estão profundamente ligadas aos princípios da economia solidária, pois se organizam com base na cooperação, autogestão e solidariedade. Também constroem alternativas contribuindo para a soberania alimentar e para as transformações sociais nos territórios onde atuam.

Nagib (2020) apresenta que os Institutos de economia solidária são associações sem fins lucrativos, que comercializam produtos orgânicos, muitas vezes produzidos pela agricultura familiar. Também são espaços de formação, com realização de oficinas e palestras com temáticas de sustentabilidade e agroecologia, que visam promover conscientização, oferecer oportunidades de intercâmbios de conhecimentos, experiências e incentivar a criação de novas redes entre agricultores e consumidores. Estes Institutos estimulam a solidariedade entre as pessoas envolvidas no processo de comercialização de alimentos, estruturando mecanismos comerciais. Possuem vínculos mais próximos com os agricultores que fornecem os alimentos, garantindo o escoamento da produção e a remuneração mais justa aos envolvidos.

O Instituto Chão, inaugurado em 2015 no bairro da Vila Madalena (zona oeste da cidade de São Paulo), compra produtos e alimentos de assentamentos rurais, quilombolas, produtores rurais urbanos e cooperativas. Entre eles, os que já possuem certificados orgânicos e outros que estão em fase de transição agroecológica (Figueiredo, 2020). O Instituto Feira Livre, inspirado no Instituto Chão e inaugurado em 2017 na Vila Buarque (zona central da cidade de São Paulo) possui características semelhantes, assim como o Instituto Baru, inaugurado em 2019 no Butantã (zona oeste da cidade de São Paulo). Os três Institutos vendem alimentos e produtos pelo preço de custo e sugerem os consumidores deixem uma contribuição voluntária de 30 a 35% sobre o valor total da compra. Esse valor sustenta o funcionamento deste modelo de mercado, com gestão pautada no consumo consciente, na transparência dos processos que envolvem os custos do negócio e que prioriza a economia solidária (NAGIB, 2020).

Alguns trabalhos desenvolvidos nos últimos anos apresentam estas novas redes de comercialização de alimentos na cidade de São Paulo (Cheung, 2022; Figueiredo, 2020; Nagib 2016, 2020; Nagib e Nakamura 2020; Nakamura, 2017). O Instituto Chão foi objeto de estudo, e nas pesquisas foi apresentado o seu funcionamento e como os agricultores comercializam os alimentos para este Instituto em particular. Todos mencionam, de forma geral, que o fortalecimento de Institutos de economia solidária tem sido uma estratégia relevante para promover a inclusão social e econômica de agricultores familiares.

O Instituto Candombá, localizado na cidade de Campinas - SP, foi inaugurado em 2023, e possui um vínculo especial com o Instituto Chão, uma vez que é um projeto que nasceu como incubação dele, levando o modelo já presente na cidade de São Paulo para outra cidade do estado. Diante disso, surge a proposição da pesquisa: Poderia este modelo de mercado ser uma tecnologia social, com possibilidade de reaplicação em outros locais e consequentemente beneficiando outras pessoas?

Tendo apresentado este questionamento, a presente pesquisa objetiva investigar o acervo científico disponível sobre economia solidária se relacionando com o contexto agrícola, e analisar de que maneira a gestão pautada nos princípios da economia solidária pode ser compreendida como uma tecnologia social. Para isso, foi realizada uma análise bibliométrica, com acervo de artigos da plataforma *Web of Science*, apresentada no Capítulo 1. E em seguida, no Capítulo 2, é apresentado o estudo de caso, com a trajetória e o funcionamento do Instituto Candombá, que utiliza princípios da economia solidária na comercialização de alimentos e estrutura organizacional e o qual pode servir de modelo e alternativa em diferentes localidades, sendo analisado como tecnologia social. Em cada capítulo são apresentadas a introdução ao tema, material e métodos, resultados e considerações finais.

1.1 REFERÊNCIAS

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, A. J. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p.

CHEUNG, N. K. Y. **Redes alimentares alternativas na metrópole de São Paulo: movimentos de proximidade entre agricultores e consumidores em tempos de pandemia.** 2022. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal de São Carlos. 96 p. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/16995/Dissertacao_NataliaKwokYeeCheung.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

CONTRIGIANI, A. C. *et al.* **Trajetória para a construção de um circuito curto de comercialização por meio do cooperativismo: o caso das cestas agroecológicas do Assentamento Milton Santos.** Revista de Gestão e Secretariado. v. 14, n. 4, p. 5745-5760, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.7769/gesec.v14i4.2019>>.

DAROLT, M. R. **Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores.** Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

FIGUEIREDO, E. **Desenvolvimento rural por meio da comercialização da agricultura familiar: um estudo de caso no Instituto Chão.** 2020. 132p. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal de São Carlos. Disponível em <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12875>>.

FRIEDMANN, H. **Paradox of transition: Two reports on how to move towards sustainable food systems.** Dev. Change 2017, 48, 1210–1226.

LEVIDOW, L.; SAN SOLO, D.; SCHIVIANATTO, M. **Territorialising Local Food Systems for an Agroecological Transition in Latin America.** Land 2023, 12, 1577.

MIRA, P. M.; *et al.* **Consumo responsável e economia solidária como estratégia de comercialização para agricultura familiar.** Cadernos de Agroecologia, v. 13, n. 2, dez. 2018. Edição dos Anais do 3º Seminário de Agroecologia da América do Sul. Disponível em: <<http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/2356/2123>>.

NAGIB, G. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas.** 2016. Tese de Doutorado. Pós-graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. 434p. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05082020-171328/pt-br.php>>.

NAGIB, G. **O espaço da agricultura urbana como ativismo: alternativas e contradições em Paris e São Paulo.** 2020. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. 491p. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05082020-171328/pt-br.php>>.

NAGIB, G.; NAKAMURA, A. (2020). **Urban agriculture in the city of São Paulo: New spatial transformations and ongoing challenges to guarantee the production and consumption of healthy food.** Global Food Security. 26. 100378. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2020.100378>.

Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211912420300328>>.

NAKAMURA, A. C. **Cooperapas: agricultura e cooperativismo no extremo sul do município de São Paulo.** 2017. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. 303p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09032017-090516/publico/2017_AngelicaCamposNakamura_VCorr.pdf>.

PRASHAD, V. **Não voltaremos ao normal porque o normal era o problema.** Brasil de Fato. 2020. <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/30/nao-voltaremos-ao-normal-porque-o-normal-era-o-problema>.

ROVER, O. J.; DAROLT, M. R. **Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica.** Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social, p. 19-43, 2021.

TITTONELL, P., M. *et al.* **Emerging responses to the COVID-19 crisis from family farming and the agroecology movement in Latin America - A rediscovery of food, farmers and collective action.** Agricultural Systems.190:103098. 2021.

WEZEL, A. *et al.* **Agroecology as a science, a movement and a practice. A review.** Agronomy for sustainable development, v. 29, p. 503-515, 2009.

2. CAPÍTULO 1 – STATUS DA PESQUISA SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO AGRÍCOLA

RESUMO

Desde a década de 1990, experiências econômicas baseadas em associações e práticas solidárias têm se fortalecido no Brasil. Essas iniciativas incorporam solidariedade, autogestão e participação popular, criando mercados mais justos e promovendo estreitamento nas redes entre agricultores e consumidores. A economia solidária surge, nesse contexto, como uma proposta que valoriza a propriedade coletiva do capital, reduz antagonismos entre interesses econômicos e sociais e promove o bem coletivo (Singer, 2002; Gaiger, 2004). Com isso objetivou-se investigar a interseção entre economia solidária em contextos agrícolas, por meio de uma análise bibliométrica de publicações científicas presentes na base de dados *Web of Science*. A metodologia busca identificar como esse modelo econômico tem sido estudado em contextos agrícolas e quais atores têm sido objetos de estudo. Como resultado da análise bibliométrica foi obtido o número de 124 publicações e foi possível observar que se trata de um tema multidisciplinar, cujas principais áreas de pesquisa são ecologia, economia empresarial e agricultura. O aumento no número das publicações ocorreu a partir de 2019, com dezessete publicações ao ano, sendo o ano de 2024 o que possuiu o maior número de publicações, com vinte e cinco. Os países que mais realizaram publicações sobre o tema foram o Brasil, Espanha, Inglaterra e Itália. Os periódicos mais recorrentes foram *Sustainability*, *Journal of Rural Studies* e *Agriculture-Basel*. Os principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas que mais se relacionam com as publicações são fome zero (ODS 2), cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11) e vida terrestre (ODS 15). As palavras-chave, mais recorrentes nas publicações depois de economia solidária, são sustentabilidade e agroecologia. A partir da análise de conteúdo foram encontrados cinco artigos que possuem como objetos de estudo mercados de economia solidária e todos pontuam a economia solidária como um modelo alternativo na comercialização de alimentos.

Palavras-chave: Economia Solidária; Agroecologia; Comercialização de Alimentos; Análise bibliométrica.

2.1 INTRODUÇÃO

A agroecologia é uma ciência que oferece princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, planejar e avaliar agroecossistemas, visando promover a implementação e o avanço de práticas agrícolas mais sustentáveis (Altieri, 2002). Assim, a agroecologia fornece as fundamentações científicas necessárias para apoiar a transição para uma agricultura sustentável em suas várias formas e denominações, e, conseqüentemente, também oferece ferramentas para atingir um sistema agroalimentar sustentável.

Embora exista espaço para otimizar e adaptar a agroecologia a cada contexto, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – (2018) define os dez principais elementos da agroecologia. São eles: diversidade; cocriação e intercâmbio de conhecimento; sinergia; eficiência; reciclagem; resiliência; valores humanos e sociais; tradições culturais e alimentares; governança responsável; e economia solidária.

Desde a década de 1990, é observada no Brasil uma dinamização de diversidade de atividades econômicas baseadas em associações, que têm sido reconhecidas no âmbito das chamadas "outras economias". Essas experiências coletivas, incorporam à cena econômica elementos como solidariedade, sustentabilidade, participação popular e autogestão. Essas características contrastam com a concepção hegemônica de economia, geralmente baseada na acumulação de capital (MOLINA *et al.*, 2020).

Para Singer (2002, p. 10), a economia solidária “é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. Gaiger (2004, pag.372) destaca que a solidariedade é um dos pilares fundamentais da economia solidária, constituindo-se como uma instituição social que busca “reduzir oposições e mitigar antagonismos entre capital e trabalho, entre o econômico e o social, entre a ética e a economia, entre o interesse próprio e o bem coletivo”.

Schneider (2016) aborda os mercados de proximidade, sendo espaços de interação social envolvendo diversos atores, com destaque para os agricultores familiares e suas organizações sociais. O comércio solidário surge como uma alternativa ao comércio convencional, buscando uma relação socioeconômica

mais equitativa e com participação ativa dos produtores e consumidores. Além disso, essa proposta visa contribuir para um valor aquisitivo que promova interesses compartilhados e que seja mais justo para as comunidades que estão se relacionando.

A agroecologia busca conectar produtores e consumidores, como forma de priorizar os mercados locais e apoiar o desenvolvimento econômico local. Abordagens agroecológicas utilizadas em modelos de gestão promovem soluções justas baseadas nas necessidades, recursos e capacidades locais, buscando a criação de mercados mais equitativos e sustentáveis. Portanto, fortalecer os circuitos alimentares alternativos pode aumentar a renda dos produtores e ao mesmo tempo atender as demandas dos consumidores (FAO, 2018). No Brasil, a agricultura familiar possui um papel relevante para a segurança alimentar, pois colabora com o consumo interno e alimentar das cadeias locais e regionais de produção e distribuição de alimentos e derivados (IBGE, 2020).

A economia solidária, sendo um modelo econômico cujas práticas podem ser organizadas em cooperativas ou associações, baseadas na autogestão e princípios de igualdade, buscando sustentabilidade e criação de valor compartilhado entre os atores participantes, pode ser aplicada em contextos agrícolas, por exemplo na produção e comercialização de alimentos, especialmente em organizações da agricultura familiar. O presente trabalho teve como objetivo investigar o acervo científico disponível sobre economia solidária se relacionando com o contexto agrícola, por meio de uma análise bibliométrica com acervo de publicações da base de dados *Web of Science*.

2.2 MATERIAL E MÉTODOS

2.2.1 Levantamento e triagem das publicações

Para a realização da análise bibliométrica, foi utilizada a metodologia de Donthu *et al.* (2021). A partir da análise bibliométrica é possível expor o conhecimento científico acumulado, conferindo significado a vastos volumes de

informações prontamente disponíveis em bases de dados científicas. Além de avaliar tendências e direções na pesquisa, ela introduz uma abordagem quantitativa na avaliação da literatura, superando a subjetividade, por meio de ferramentas bibliométricas como o software *VOSviewer* (DONTU *et al.*, 2021).

O objetivo da pesquisa foi investigar o acervo científico disponível sobre economia solidária se relacionando com o contexto agrícola. Para isso, foram selecionados artigos obtidos na base de dados da coleção principal da *Web of Science (WoS Core Collection)*, sendo reconhecida como a base de dados mais completa da literatura científica, que indexa artigos publicados em periódicos internacionais de grande e importante visibilidade.

Para a busca dos artigos foi delimitada a opção “Todos os campos”, com os seguintes termos: (“solid* econom*” or “econom* solid*”) and (agr*). Os termos de busca foram escolhidos buscando encontrar artigos que apresentassem os termos juntos, “economia solidária” ou “*solidarity economy*”, ou variáveis, como o plural destas palavras, por exemplo “economias solidárias”. Portanto, foi utilizado o operador aspas (“”) entre as palavras, fixando a sequência delas nesta ordem. Também foi delimitado que somente deveriam exibir artigos em que aparecessem estes termos relacionados no contexto agrícola, sendo usado o termo (agr*), facilitando o aparecimento de palavras como agricultura, agroecologia, agricultores, agrícola e outros, assim como seus plurais e variáveis. Não foram definidos período de publicação nem tipos de publicação.

Dos artigos obtidos na pesquisa bibliométrica na base de dados *Web of Science* foram lidos os títulos, palavras-chave, metodologias e conclusões, sendo eliminados qualquer artigo que não estivesse relacionado com economia solidária ou com contextos agrícolas. Para isso foi criada uma tabela para controle dos artigos que se adequaram e a eliminação dos que não se adequaram. Posteriormente, o conteúdo da tabela foi refletido na base de dados *Web of Science*, eliminando os artigos que não se adequaram ao critério.

Para as análises de desempenho foram levadas em consideração: áreas de pesquisa; anos de publicação; países que mais publicaram; autores que mais publicaram, suas respectivas filiações e periódicos das publicações; publicações mais citadas, seus autores e respectivos periódicos; periódicos mais recorrentes;

e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que mais se relacionam com as publicações. Os dados foram extraídos da base de dados *Web of Science* e apresentados em gráficos.

2.2.2 Mapeamento científico no VOSViewer

Após a seleção das publicações, para executar o mapeamento científico, os dados foram exportados para o *software VOSViewer*. Este software utiliza o método VOS (*Visualization of Similarities*), para cruzar as similaridades entre artigos e conexões entre os dados obtidos. Foi utilizado o mapa de palavras-chave (*co-word analysis*), sendo uma análise utilizada para mapear termos relevantes que podem ocorrer em mais frequência nos títulos e resumos dos artigos selecionados, podendo assumir que as palavras que frequentemente aparecem juntas podem representar uma identidade temática (Arias, 2022). Foram definidas pelo menos três ocorrências das palavras-chave. Os dados são apresentados a partir de figuras obtidas no próprio *software*.

2.2.3 Análise de conteúdo

Após a confirmação das publicações que se adequaram ao critério de relacionar-se com a economia solidária no contexto agrícola, foi realizada a análise de conteúdo. A análise de conteúdo é uma abordagem que envolve a análise sistemática de publicações para identificar padrões entre elas (Cardoso *et al.*, 2021). Neste caso foi focada nos atores estudados em cada uma das publicações, tendo como objetivo identificar mercados de economia solidária, similares ao que será objeto de estudo do segundo capítulo desta dissertação. Este modelo de mercado possui gestão pautada em princípios de economia solidária, realizando a comercialização de alimentos, geralmente em circuitos curtos de comercialização. Buscando identificar objetos de estudo semelhantes ao mencionado anteriormente, foi realizada a categorização das publicações. Foram coletadas das publicações a instituição de afiliação do primeiro autor, local em que a pesquisa foi realizada, nome do mercado, metodologia utilizada no artigo e resumo do funcionamento do mercado descrita no artigo.

A Figura 1 apresenta o resumo do fluxograma da metodologia da análise bibliométrica:

Figura 1: Fluxograma da metodologia de Análise bibliométrica.

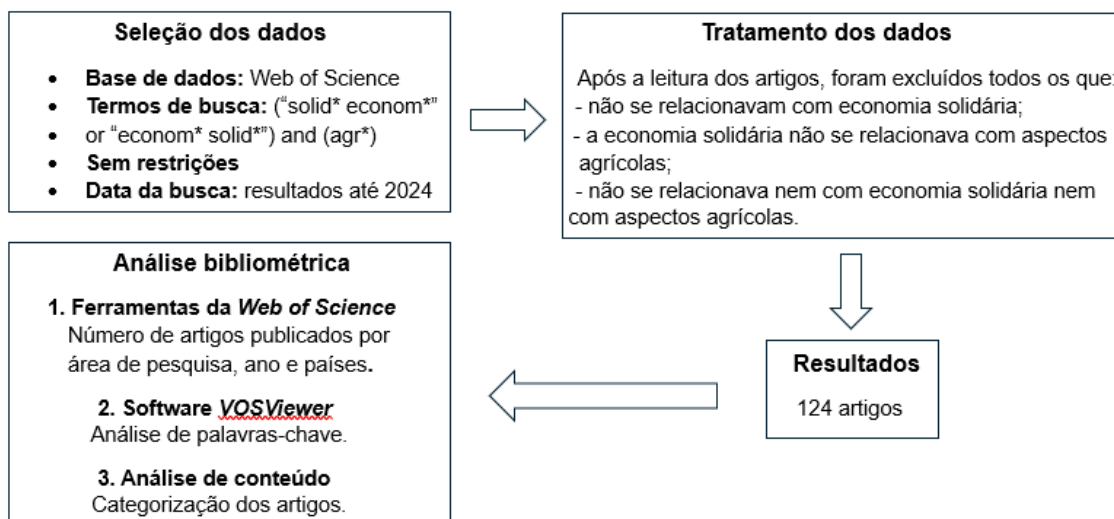


Fonte: Elaborado pela autora.

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio dos termos de pesquisa empregados na base de dados *Web of Science*, foram obtidas 168 publicações. Após uma revisão individual das publicações, 44 resultados foram eliminados por não atenderem à condição exigida, sendo o tema da economia solidária em contextos agrícolas. A escolha do termo agr* foi positiva, pois, a maioria dos resultados se relacionou com algum contexto agrícola, porém, ainda assim, foram obtidos resultados com as palavras em inglês *agreement*, *disagreement*, *agreed*, e em espanhol e português, as palavras agregado, *agrupan* e agradecimento, estes resultados foram eliminados. Também foram eliminados resultados que se relacionavam com o termo em inglês *solid economy*. Com isso, foram obtidas 124 publicações, as quais passaram posteriormente pela análise bibliométrica, seguindo o fluxograma apresentado na Figura 2.

Figura 2: Fluxograma do levantamento, triagem e análise bibliométrica.



Fonte: Elaborado pela autora.

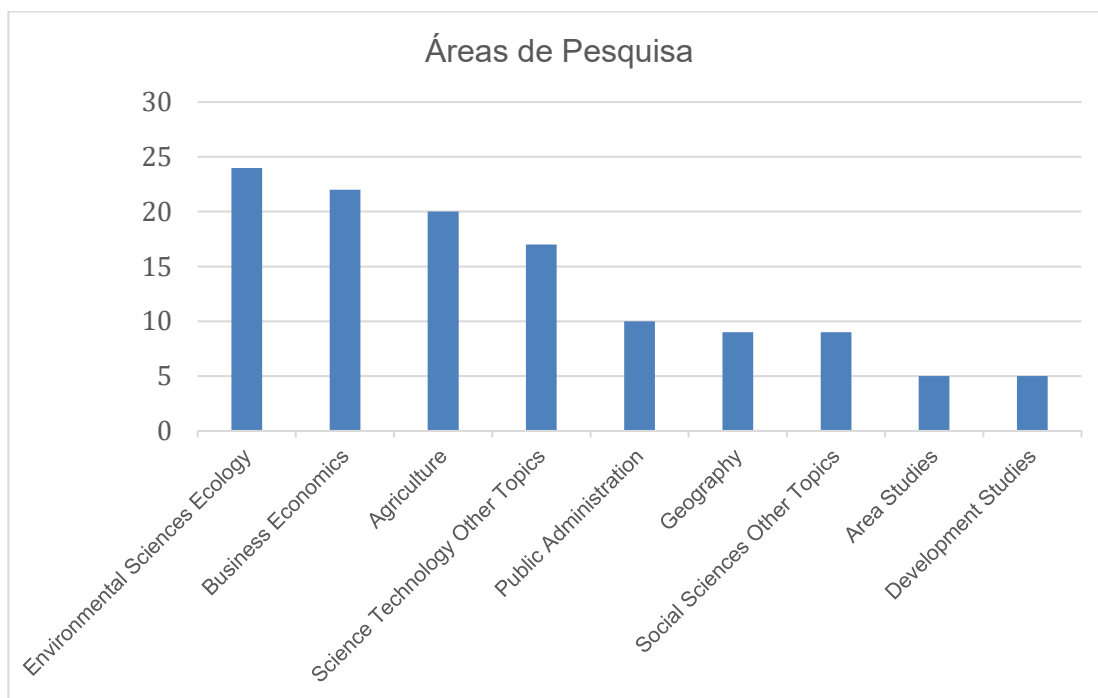
2.3.1 Análise de desempenho

Utilizando a ferramenta de análise de resultados da *Web of Science*, foi obtido o número de artigos publicados por área de pesquisa (Figura 3). Analisando o filtro de áreas de pesquisa, é possível observar que predomina como temas de pesquisa sobre economia solidária em contextos agrícolas, pesquisas de ecologia (*Environmental Sciences Ecology*, com 24 resultados), economia empresarial (*Business Economics*, com 22 resultados), agricultura (*Agriculture*, com 20 resultados), ciência tecnologia (*Science Technology Other Topics*, com 17 resultados), administração pública (*Public Administration*, com 10 resultados), e outras.

O tema estudado é considerado multidisciplinar, portanto, é possível observar que as áreas de pesquisa são diferentes, porém se complementam desde a perspectiva de economia, ecologia e até a perspectiva da agricultura. De acordo com Niederle *et al.*, (2014), novas questões se integraram aos estudos rurais, paralelamente, ocorreu um significativo avanço em direção aos diálogos multidisciplinares, especialmente à medida que diversos pesquisadores começaram a construir conexões com outras áreas de pesquisa. Entre os temas emergentes, destacou-se uma discussão ampla e diversa sobre sustentabilidade, multifuncionalidade e território. Estes três conceitos fornecem

ferramentas analíticas para repensar as estratégias de desenvolvimento rural no Brasil.

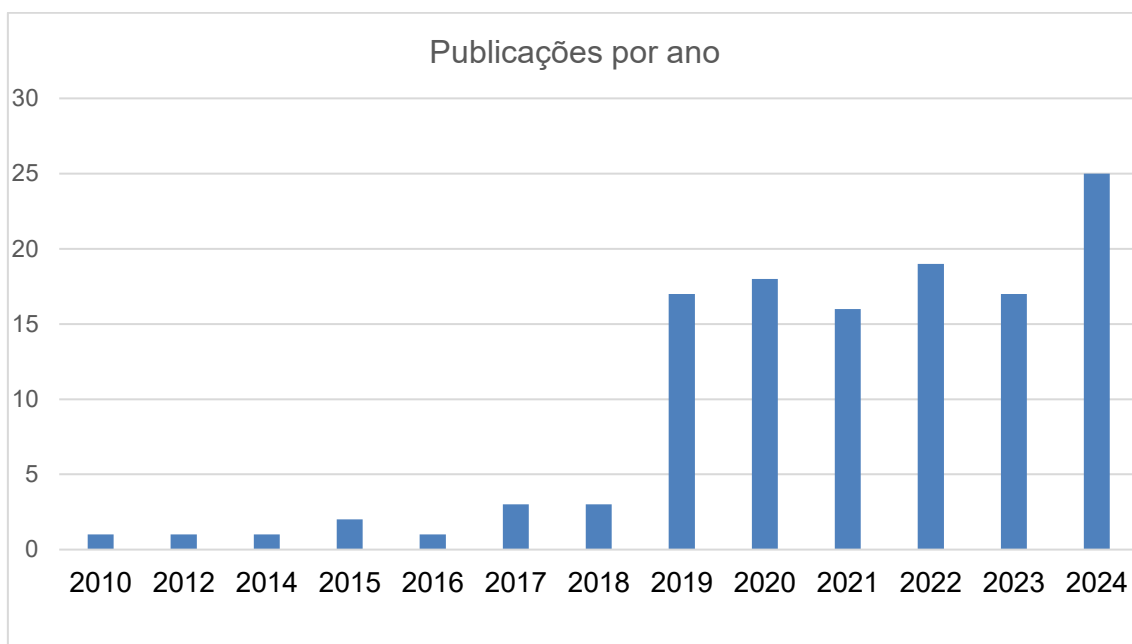
Figura 3: Número de artigos publicados, por áreas de pesquisa, que se relacionam com a economia solidária no contexto agrícola, indexados na base de dados *Web of Science*.



Fonte: *Web of Science*.

Ainda utilizando a ferramenta de análise de resultados da *Web of Science*, foi realizada a análise da distribuição das publicações no decorrer dos anos (Figura 4). Somente a partir do ano de 2019, ocorreu um aumento no número de publicações, passando de 3 publicações em 2018, para 17 publicações em 2019. Posteriormente a 2020, a pandemia da Covid-19 pode ter sido uma das razões pelas quais as publicações se mantiveram mais elevadas desde então. A crise gerada pela pandemia evidenciou alternativas em relação a comercialização e consumo de alimentos, muitos dos quais se relacionam com os princípios da economia solidária e, portanto, aparecem nestes resultados (MACHADO; GARCIA, 2022).

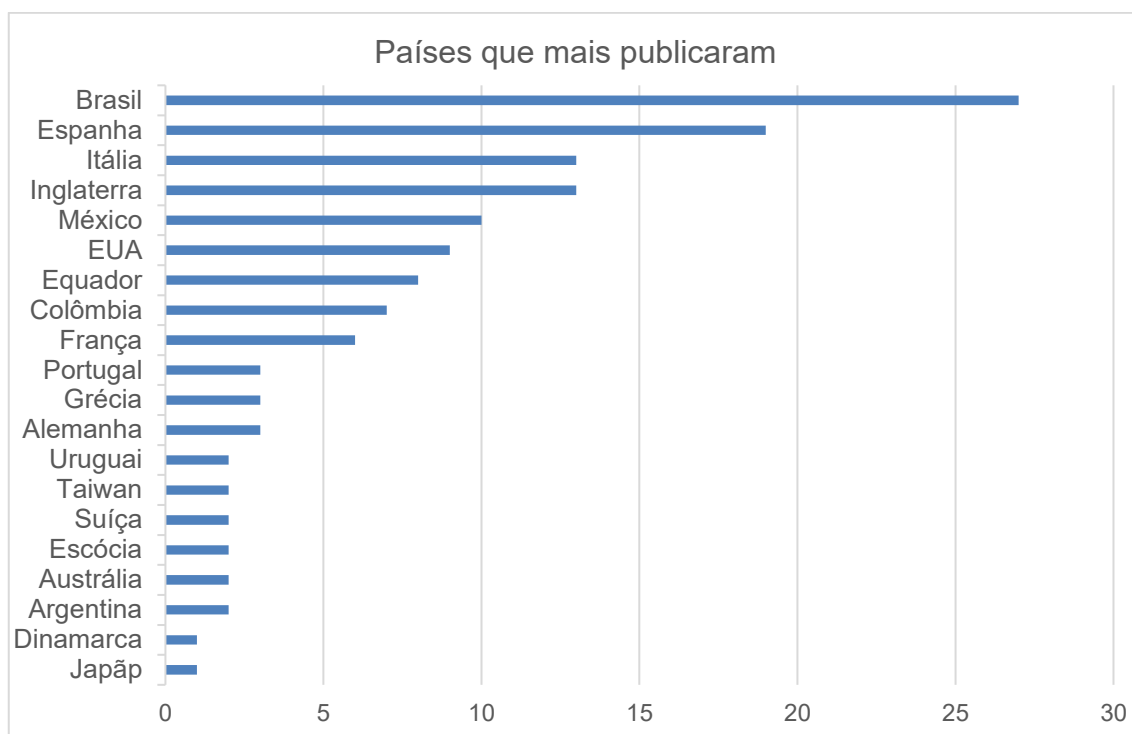
Figura 4: Número de artigos publicados por ano, que se relacionam com a economia solidária no contexto agrícola, indexados na base de dados *Web of Science*.



Fonte: *Web of Science*.

Na Figura 5 são apresentados os países que mais publicaram sobre economia solidária se relacionando com algum aspecto agrícola. Os países são, em ordem de maior número de publicações: Brasil (21%), Espanha (15%), Itália e Inglaterra (10%) e outros com menores porcentagens de publicações realizadas até 2024. É importante pontuar que os termos, economia solidária ou *solidarity economy*, são mais utilizados no Brasil, sendo que em outros países, os termos *social and solidarity economy* (SSE) ou *popular and solidarity economy* (PSE), também são utilizados. Portanto, dentro dos termos de busca escolhidos, na base de dados da *Web of Science*, o Brasil é o país com maior número de publicações.

Figura 5: Países que mais publicaram sobre a economia solidária no contexto agrícola indexados na base de dados *Web of Science*.



Fonte: *Web of Science*.

Ainda usando a ferramenta de análise de resultados da *Web of Science*, é possível visualizar quais são os autores que mais publicaram dentro dos parâmetros delimitados nesta análise bibliométrica, sendo eles: Les Levidow (LEVIDOW, L.) filiado a Open University UK, Davis Sansolo (SANSOLO, D.) filiado a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Mônica Schivianatto (SCHIVIANATTO, M) também filiada à Universidade Estadual Paulista (UNESP). Estes três autores foram os mais prolíficos e com publicações em conjunto, sendo duas publicações em 2021, no periódico *Journal of Peasant Studies* e *Tapuya-Latin American Science Technology and Society*, uma publicação em 2022, novamente no periódico *Journal of Peasant Studies*, e uma publicação em 2023, no periódico *Land*.

Nas publicações, os autores apresentam estudos de caso evidenciando a convergência entre os movimentos sociais que promovem a agroecologia com a economia solidária, sendo redes chamadas de *EcoSol-agroecology*. Estas redes são citadas como ferramentas essenciais para a transição agroecológica e

fortalecimento de alternativas de produção e comercialização de alimentos (LEVIDOW *et al.*, 2023).

Outro resultado obtido é referente aos artigos mais citados. O artigo mais citado é da França, pelos autores Yuna Chiffolleau (CHIFFOLEAU, Y.), Sarah Millet-Amrani (MILLET-AMRANI, S.), Adanella Rossi (ROSSI, A.), Marta Guadalupe Rivera-Ferre (RIVERA-FERRE, M. G.) e Pedro Lopez Merino (MERINO, P. L.). A publicação é do ano de 2019 e, até o momento da execução da análise bibliométrica, teve 60 citações. O artigo foi publicado no periódico *Journal of Rural Studies*.

Em segundo lugar, o artigo com mais citações é dos Estados Unidos, pelo autor Seul Lee (LEE, S.). A publicação também é de 2019 e, até o momento da execução da análise bibliométrica, teve 52 citações. O artigo foi publicado no periódico *International Journal of Sustainable Development and World Ecology*. E em terceiro lugar, o artigo com mais citações é do Equador, pelos autores Richard Intriago (INTRIAGO, R.), Roberto Gortaire Amézcuca (AMEZCUA, R. G.) Elizabeth Bravo (BRAVO, E.) e Chris O'Connell (O'CONNELL, C.). A publicação é de 2017 e, até o momento da execução da análise bibliométrica, teve 36 citações. O artigo foi publicado no periódico *Agroecology and Sustainable Food Systems*.

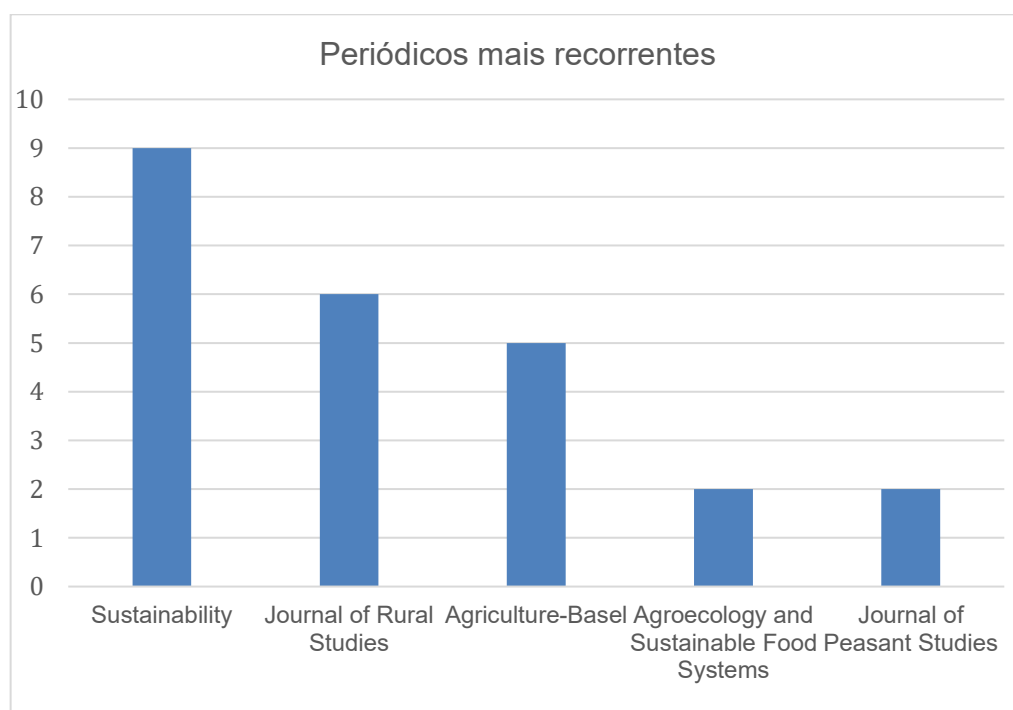
Um tema recorrente entre as 124 publicações são os circuitos curtos de comercialização. Dentre os países que publicaram sobre este tema estão entre eles Brasil, Portugal, Guatemala, Itália, Estados Unidos, Romênia e Inglaterra, em que os autores descrevem estudos de caso com diferentes alternativas encontradas entre agricultores e consumidores (BONFERT, 2022; GRASSEN, 2022; LEVIDOW *et al.*, 2022, 2023; MOREIRA e PARENTE, 2021; PANTOJA e DE SOUZA, 2022; RICE *et al.*, 2023; STANESCU, 2020; TOUSSAINT, 2021).

Como alternativa aos mercados globais, que são parte dos circuitos longos de comercialização, os circuitos curtos constroem relações mais estreitas entre produtores e consumidores. Na França, o termo circuito curto é definido para caracterizar os circuitos de distribuição que envolvem no máximo um intermediário entre produtor e consumidor. Os casos mais comuns de circuitos curtos são a venda direta (quando o produtor entrega diretamente a mercadoria

ao consumidor) e a venda indireta através de um intermediário (que pode ser outro produtor, uma cooperativa, uma associação por exemplo) (ROVER e DAROLT, 2021).

Das 124 publicações, os periódicos mais recorrentes são *Sustainability*, com 9 publicações, *Journal of Rural Studies*, com 6 publicações, e em terceiro lugar *Agriculture-Basel*, com 5 publicações. A Figura 6 apresenta os resultados dos cinco periódicos mais recorrentes.

Figura 6: Periódicos mais recorrentes das publicações sobre economia solidária no contexto agrícola, indexados na base de dados *Web of Science*.



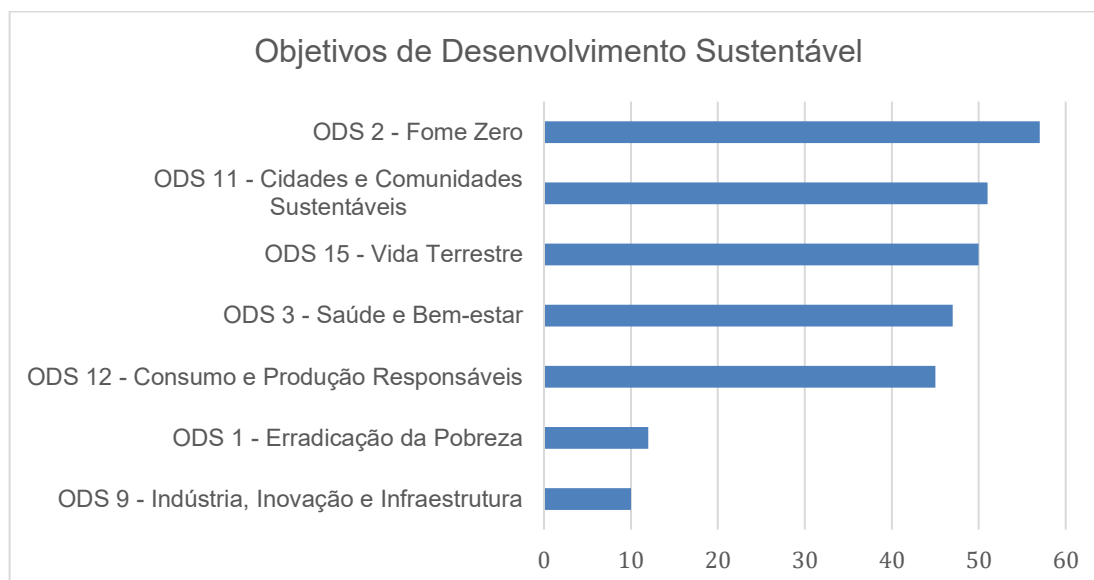
Fonte: *Web of Science*.

Dentro das análises da base de dados *Web of Science*, é possível obter o número de publicações que se relacionam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS. Assim como a FAO definiu os princípios da agroecologia, a Organização das Nações Unidas também definiu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estes objetivos foram lançados em 2015 e são conhecidos por Agenda 2030. Os ODS podem servir como guia para pessoas, governos e instituições, objetivando indicar parâmetros para o desenvolvimento sustentável. O estabelecimento e engajamento gerado pelos objetivos são importantes na atualidade, tendo em conta a crise agrícola-

ecológica e o agravamento de problemas sociais, como a fome e a desigualdade (SACHS *et al.*, 2019).

Na Figura 7 é possível visualizar com quais ODS as publicações obtidas mais se relacionam. São ao todo 17 grandes objetivos globais, dentre eles, os que mais se relacionam com os resultados desta análise bibliométrica: fome zero (ODS 2), cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), vida terrestre (ODS 15), saúde e bem-estar (ODS 3), consumo e produção sustentáveis (ODS 12), erradicação da pobreza (ODS 1) e indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9).

Figura 7: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que mais se relacionam com as publicações de economia solidária no contexto agrícola, indexados na base de dados *Web of Science*.



Fonte: *Web of Science*.

2.3.2 Mapeamento científico

A partir das 124 publicações que resultaram sobre economia solidária no contexto agrícola, foram obtidas 508 palavras-chave. Para a confecção do mapa de palavras-chave, foi definida mínimas três ocorrências das palavras-chave. Decidiu-se não eliminar as palavras buscadas na *Web of Science*, como economia solidária ou *solidarity economy*, para conhecer se há grupos de palavras-chave que se relacionam de maneira diferente com os termos. O *software VOSViewer* dividiu as palavras em 5 grupos (*clusters*), com um total de

“comunidades”, também com “transição”, “economia”, “gênero” e “alimentos”. Uma possível conexão destes conceitos é a análise de modelos econômicos e sociais alternativos, que promovem equidade, sustentabilidade e participação democrática dos grupos envolvidos.

No grupo amarelo, as palavras “Brasil” (*Brazil*) e “Equador” (*Ecuador*) estão presentes e são os países que aparecem como palavras-chave que mais se relacionam com a palavra “agroecologia”. Também é interessante pontuar que o Brasil se relaciona com a palavra-chave *family farming*, “agricultura familiar”. Neste mesmo grupo vemos a interação mais recorrente de agroecologia com as palavras “soberania alimentar” e “desenvolvimento sustentável”. No grupo azul a palavra-chave com maior destaque é “cooperativas” (*cooperatives*), e este grupo demonstra maior relação com modelos de gestão e políticas públicas. As palavras que mais se relacionam são “políticas”, “resiliência”, “crise”, “mercado”, “autogestão”, “cidades” e “crescimento”.

No grupo verde, o termo com maior destaque é “rede alimentar alternativa”, que se relaciona com palavras como “consumo”, “governança”, “redes”, “políticas” e “sistemas”. Também uma palavra de destaque é “agricultura urbana” que tem sido um objetivo de pesquisa recorrente nos últimos anos e aparece como alternativa em grandes centros urbanos. E no grupo roxo, temos o termo “economia social” se relacionando com “Espanha”, “gestão”, “inovação social”, “agricultores” e “desenvolvimento rural”.

2.3.3 Análise de conteúdo

A partir da leitura do resumo, metodologia e resultados das 124 publicações que fizeram parte da análise bibliométrica, foi realizada uma análise de conteúdo através da categorização. O foco foi identificar os atores estudados em cada uma delas, e a partir da leitura das publicações foi possível categorizá-las em grupos de pesquisas cujo objeto de estudo foi um único ator ou em grupos de pesquisas cujo objeto de estudo foram todos os atores da rede alimentar estudada.

Foram identificadas 45 publicações cujo objeto de pesquisa foi em um único ator do sistema agroalimentar, por exemplo: apenas agricultores ou apenas consumidores que possuem um papel na rede agroalimentar estudada. Os atores identificados como produtores de alimentos que foram objeto de estudo são: agricultores familiares, indígenas, comunidades tradicionais, comunidades caiçaras, populações urbanas, grupos de estudantes, associações de agricultores e cooperativas de agricultores. Os atores identificados como consumidores de alimentos que foram objeto de estudo são: grupos organizados de consumidores.

Foram identificadas 79 pesquisas cujo objeto de pesquisa foi com mais de um ator do sistema agroalimentar, por exemplo: a pesquisa aborda desde a produção até a venda dos alimentos. Foram identificadas publicações realizadas com: comunidades que sustentam a agricultura (CSAs), associações de agricultores e consumidores, cooperativas multi-atores (*multi-stakeholder cooperatives*), circuitos curtos de comercialização, sendo feiras e cestas, mercados de economia solidária, plataformas digitais de comercialização, redes agroecológicas, sistemas de garantia participativas (SGPs) e associação de mulheres.

Das 79 publicações que abordaram mais do que um ator do sistema agroalimentar, apenas cinco tiveram como objeto de pesquisa mercados que realizam comercialização de alimentos tendo a gestão pautada nos princípios de economia solidária. Essas cinco publicações são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1: Publicações que apresentam mercados de economia solidária como objeto de pesquisa.

Artigo publicado	Instituição de afiliação do primeiro autor	Local em que a pesquisa foi realizada	Ator que a pesquisa teve como foco	Metodologia utilizada	Resumo do funcionamento do mercado estudado
CHIFFOLEAU, Y. <i>et al</i> (2019)	Instituto Nacional de Pesquisa Agropecuária (INRA), França	Montpellier, França	Mercado Grabels	Estudo de caso: Pesquisa participante, entrevista e pesquisa documental	Mercado ao ar livre de alimentos vendidos diretamente de agricultores ou intermediários ao consumidor final.

Artigo publicado	Instituição de afiliação do primeiro autor	Local em que a pesquisa foi realizada	Ator que a pesquisa teve como foco	Metodologia utilizada	Resumo do funcionamento do mercado estudado
MORILLAS DEL MORAL, J. A. (2020)	Universidad de León, Espanha	Granada, Espanha	Ecomercado Granada	Estudo de caso: Entrevistas e pesquisa documental	Mercado de alimentos agroecológicos de venda direta dos agricultores ao consumidor final.
HABERMEHL, V. (2021)	Universidade de Sheffield, Inglaterra	Buenos Aires, Argentina	Mercado Bonpland	Estudo de caso: Pesquisa participante, diário de campo e entrevistas	Cooperativas de agricultores que vendem alimentos e artesanato organizados no mercado que é aberto ao público consumidor.
BUSTAMANT E, R., G.; RUEDA. H. N. R. (2023)	Colégio de Puebla, Instituição de Pós-graduação, México	Puebla, México	Mercado Tianguis Alternativo	Estudo de caso: Entrevistas	Mercado de alimentos agroecológicos de venda direta dos agricultores ao consumidor final.
AMANATIDOU, E; TZEKOU, E; GRITZAS, G. (2024)	Universidade Aristóteles Tessalônica, Grécia	Tessalônica, Grécia	Mercado Cretamo	Estudo de caso: Pesquisa participante, entrevistas e pesquisa documental	Cooperativa de consumidores que organiza os agricultores e vende alimentos no mercado aberto ao público consumidor e associados.

Fonte: Quadro elaborado pela autora em base aos dados da *Web of Science*.

O objetivo principal do artigo de Chiffolleau *et al.* (2019) foi analisar a construção social de novos padrões econômicos que diferem do modelo dominante agroalimentar. Foram realizados dois estudos de caso, sendo um deles com o chamado Mercado Grabels (*Grabels Market*), localizado em Montpellier, na França. O Mercado comercializa alimentos orgânicos, através dos próprios agricultores ou intermediários locais. A pesquisa enfatiza a dificuldade que o Mercado Grabels sofreu principalmente com relação a confiança dos consumidores, que inicialmente duvidavam sobre o circuito curto de comercialização e os valores dos alimentos. Posteriormente, encontraram

soluções, ao longo dos anos, por meio de um comitê com representantes de agricultores, consumidores e fornecedores locais. Como solução foi incorporado um sistema de rotulagem dos alimentos para confirmação da origem, e, a partir disso, um sistema de avaliação coletiva que culminou na precificação transparente e justa para os agricultores e os consumidores.

O artigo de Morillas del Moral (2020) teve como principal objetivo conectar a economia social e solidária com a conceituação teórica de bem comum. Foi realizado um estudo de caso com o Ecomercado Granada, localizado em Granada, na Espanha. O Ecomercado comercializa alimentos agroecológicos, mas também articula e organiza a oferta destes alimentos e produtos, fomenta a visibilidade da produção agroecológica e se relaciona diretamente com os consumidores. A pesquisa enfatiza que o Ecomercado de Granada foi criado como resposta às dificuldades de comercialização e aquisição de alimentos agroecológicos na região e que teve sua construção com agricultores e consumidores de forma autogerida. Também é mencionado que existem contribuições espontâneas para a manutenção do funcionamento do Ecomercado, sem obtenção de um benefício direto. Esta é evidenciada como uma das características da gestão pautada em economia solidária.

O artigo de Habermehl (2021) teve como objetivo analisar práticas econômicas alternativas, que propõem antagonismos ao sistema hegemônico de produção e comercialização. Foi realizado um estudo de caso com o Mercado Bonpland, localizado em Buenos Aires, na Argentina. A pesquisa descreve a história desse mercado e de como a gestão pautada em princípios de economia solidária serve de ferramenta prática e teórica de resistência, representando formas alternativas de organização que reconhecem e endereçam as necessidades de agricultores e consumidores. Também é mencionado que o Mercado Bonpland criou possibilidades e estratégias de melhorias no bairro em que atua (bairro de Palermo), sendo uma forma de organização popular que representa grupos que antes não eram organizados, como os agricultores familiares.

O artigo de Bustamante e Rueda (2023) objetivou analisar o potencial dos mercados locais em seus territórios, tendo como referência o Mercado Tianguis

(*Tianguis Alternativo de Puebla*), localizado em Puebla, no México. Foi realizado um estudo de caso e evidenciado que o Mercado Tianguis foi um catalisador de processos agroecológicos na região, principalmente, criando redes entre agricultores e consumidores. A partir do vínculo que foi criado, são fomentados espaços de formação e intercâmbios em temas como sustentabilidade e agroecologia. Os autores reforçam que o Tianguis promove melhor renda aos agricultores e fortalecem práticas produtivas e culturais que respeitam identidades territoriais.

Por último, o artigo de Amanatidou *et al.* (2024) objetivou analisar o papel de redes de economia solidária em fortalecer a inovação social, e conseqüentemente, a transformação social. Para isso foi realizado um estudo de caso com o Mercado Cretamo, localizado em Tessalônica, na Grécia. Diferentemente dos últimos quatro casos, o Mercado Cretamo foi inicialmente organizado por consumidores. Os autores mencionam que tal mercado atua capacitando agricultores, a partir de trabalho voluntário, e promovem a economia solidária como uma alternativa, empoderando indivíduos e fortalecendo a ação coletiva. A inovação social, nesse caso do Cretamo, promoveu o fortalecimento de uma rede de mais de quatrocentos indivíduos, que apoiam iniciativas de economia solidária que compõem alternativas ao setor agroalimentar da Grécia.

Os cinco artigos apresentam exemplos de mercados de economia solidária, que possuem diferentes funcionamentos e objetivos, mas que atuam como espaços de transformação socioeconômica, favorecem práticas sustentáveis de produção de alimentos, valorizam a proximidade entre agricultores e consumidores, e reforçam a economia solidária como um modelo alternativo na comercialização de alimentos.

Dessa forma, os cinco artigos analisados revelam a diversidade de iniciativas de mercados baseados na economia solidária e sua relevância na construção de canais alternativos de comercialização de alimentos. Ainda que cada experiência possua particularidades, por exemplo diferenças culturais, organizacionais, devido aos diferentes territórios que estão, todas compartilham a valorização dos agricultores, a promoção de práticas sustentáveis para a produção de alimentos e o fortalecimento de vínculos diretos com os

consumidores. Esses mercados demonstram potencial não apenas como espaços de comercialização, mas também como instrumentos de inovação social.

O próximo capítulo se propõe a aprofundar a discussão sobre os elementos que caracterizam esses mercados como possíveis modelos de tecnologia social a partir de um estudo de caso.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da economia solidária é muito amplo e possui muitas aplicações. Quando aplicada no contexto agrícola, ela promove práticas baseadas na autogestão que beneficiam agricultores e consumidores através do estreitamento das relações. Como resultados da análise bibliométrica realizada na base de dados *Web of Science*, que contabilizou 124 artigos, foi possível observar que se trata de um tema multidisciplinar, cujas principais áreas de pesquisa são ecologia, economia empresarial e agricultura. O aumento das publicações sobre o tema ocorreu a partir de 2019, com dezessete publicações ao ano, sendo o ano de 2024, o que possuiu o maior número de publicações, com vinte e cinco. Os países que mais realizaram publicações sobre o tema foram o Brasil, a Espanha, a Itália e a Inglaterra. Os periódicos mais recorrentes foram *Sustainability*, *Journal of Rural Studies* e *Agriculture-Basel*.

Os principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas que mais se relacionam com as publicações são fome zero (ODS 2), cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11) e vida terrestre (ODS 15). A partir do mapeamento científico, foram obtidas 502 palavras-chave. As palavras-chaves mais recorrentes, depois de economia solidária, são sustentabilidade e agroecologia. A partir da análise de conteúdo das 124 publicações obtidas, foram encontrados cinco artigos que possuem como objetos de estudo mercados de economia solidária. Embora o funcionamento dos mercados e objetivos da pesquisa se diferem entre si, existem convergências dos autores em pontuar que a gestão pautada em economia solidária é uma estratégia eficiente para a transformação socioeconômica, o favorecimento de práticas sustentáveis de

produção de alimentos e a valorização da proximidade entre agricultores e consumidores.

É importante ressaltar que a metodologia da análise bibliométrica possui limitações. A definição dos termos de busca (“solid* econom*” or “econom* solid*”) *and* (agr*) podem não refletir a totalidade do tema de pesquisa, já que artigos relevantes ao tema, que não se enquadram nos termos de indexação, podem não ter sido selecionados. Também, a pesquisa foi realizada apenas com a base de dados *Web of Science*, devido a sua cobertura científica internacional, porém não é exaustiva em relação a todas as publicações realizadas. Portanto, esta pesquisa possui um recorte sobre o tema de economia solidária em contextos agrícolas e permitiu a realização do próximo capítulo do artigo, ampliando o conhecimento inicial sobre o tema e evidenciando que mais pesquisas precisam ser realizadas para compreender quais atores do sistema agroalimentar têm se vinculado à economia solidária e como esses processos de construção têm se dado na atualidade. Esse recorte também reforçou a importância de práticas de autogestão, da valorização das relações de proximidade entre agricultores e consumidores e do fortalecimento de modelos de produção e comercialização que conciliem sustentabilidade ambiental, viabilidade econômica e justiça social. Esses resultados abrem caminho para a análise desenvolvida no capítulo seguinte, apresentando um estudo de caso que demonstra como tais princípios podem se concretizar em experiências práticas de gestão e comercialização de alimentos e estabelece uma conexão entre economia solidária e tecnologia social.

2.5 REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 592 p. 2002.

AMANATIDOU, E.; TZEKOU, E.; GRITZAS, G. **Successful niche building by social innovation in social economy networks and the potential for societal transformation**. *Journal of Social Entrepreneurship*, v. 15, n. 1, p. 206-235, 2024.

ARIAS, C. M. **Biochar: relação com agroecologia, estado da pesquisa e matérias-primas promissoras.** 2022. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de São Carlos, 2022.

BONFERT, B. **'What we'd like is a CSA in every town.'** **Scaling community supported agriculture across the UK.** *Journal of Rural Studies*, v. 94, p. 499-508, 2022.

BUSTAMANTE, R. G.; RUEDA, H. N. R. **Territorial impacts of agroecological markets: the case of the Tianguis Alternativo in Puebla (México).** *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros* 260: 208-.230. 2023.

CARDOSO, M. R. G.; DE OLIVEIRA, G. S.; GHELLI, K. G. M. **Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa.** *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 43, 2021.

CHIFFOLEAU, Y. *et al.* **The participatory construction of new economic models in short food supply chains.** *Journal of Rural Studies*, v. 68, p. 182-190, 2019.

DONTHU, N.; KUMAR, S.; MUKHERJEE, D.; PANDEY, N.; LIM, W. M. **How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines.** *Journal of Business Research*, [s. l.], v. 133, n. March, p. 285–296, 2021. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0148296321003155>>.

FAO. **The 10 Elements of agroecology.** FAO: Roma, Itália. 2018. Disponível em: <<https://www.fao.org/agroecology/overview/overview10elements/en/>>.

GAIGER, L. I. G. (2004). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** UFRGS Editora. 420 p.

GRASSENI, C. **From branding to solidarit: the COVID-19 impact on marketing Strachítunt cheese from Val Taleggio.** *Acta geographica Slovenica*. p. 75-85, 2022.

HABERMEHL, V. **Everyday antagonisms: organizing economic practices in Mercado Bonpland, Buenos Aires.** *Environment and Planning C: Politics and Space*, v. 39, n. 3, p. 536-554, 2021.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Atlas do espaço rural brasileiro.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>>.

INTRIAGO, R. *et al.* **Agroecology in Ecuador: historical processes, achievements, and challenges.** *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 41, n. 3-4, p. 311-328, 2017.

LEE, S. **Role of social and solidarity economy in localizing the sustainable development goals.** *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, v. 27, n. 1, p. 65-71, 2020.

LEVIDOW, L.; SAN SOLO, D.; SCHIVIANATTO, M. **Agroecological innovation constructing socionatural order for social transformation: two case studies in Brazil.** *Tapuya-Latin American Science Technology and Society*. v.4, n.1. 2021.

LEVIDOW, L.; SAN SOLO, D.; SCHIVIANATTO, M. **Agroecological practices as territorial development: an analytical schema from Brazilian case studies.** *The Journal of Peasant Studies*. V.48, n.4. 2021.

LEVIDOW, L.; SAN SOLO, D.; SCHIVIANATTO, M. **EcoSol-agroecology networks respond to the Covid-19 crisis: building an economy of proximity in Brazil's Baixada Santista region.** *The Journal of Peasant Studies*, 49(7), 2022. 1409–1445.

LEVIDOW, L.; SAN SOLO, D.; SCHIVIANATTO, M. **Territorializing Local Food Systems for an Agroecological Transition in Latin America.** *Land* 2023, 12, 1577.

MACHADO, L. de S.; GARCIA, E. L. **Covid-19 e a fome: reflexões sobre um futuro agroecológico.** *Saúde em Debate*, v. 46, n. spe2, p. 426-437, 2022.

MOLINA, W. de S. L. *et al.* **A Economia Solidária no Brasil frente ao contexto de crise COVID-19.** *Otra Economía*, v. 13, n. 24, p. 170-189, 2020. Disponível em: <<https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14914/9547>>.

MOREIRA, S.; PARENTE, C. **Transformative Communication Radar: Practices, Action and Praxis Communication in Solidarity Economy Networks in Portugal and Catalonia.** *tripleC: Communication, Capitalism & Critique. Journal for a Global Sustainable Information Society*, v. 19, n. 2, p. 438-458, 2021.

MORILLAS DEL MORAL, J. A. **Nuevos comunes para la transformación eco-social: el Ecomercado de Granada como estudio de caso.** REVESCO: Revista de Estudios Cooperativos, vol. 135, e69179. 2020.

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. **A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil-aprendizagens, esquecimentos e novidades.** Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 9-24, 2014.

PANTOJA, T. C.; DE SOUSA, F. F. **A reinvenção da Feira Agroecológica e de Economia Solidária de Cameté/PA em meio à pandemia de Covid-19.** Novos Cadernos NAEA, v. 25, n. 3, 2022.

RICE, A. M.; EINBINDER, N.; CALDERÓN, C. I. **'With agroecology, we can defend ourselves': examining campesino resilience and economic solidarity during pandemic-era economic shock in Guatemala.** Agroecology and Sustainable Food Systems, v. 47, n. 2, p. 273-305, 2023.

ROVER, O. J.; DAROLT, M. R. **Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica.** Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social, p. 19-43, 2021.

SACHS, J. D.; SCHMIDT-TRAUB, G.; MAZZUCATO, M.; MESSNER, D.; NAKICENOVIC, N.; ROCKSTRÖM, J. **Six Transformations to achieve the Sustainable Development Goals.** Nature Sustainability, 2(9), 805–814. 2019.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 128 p.

SCHNEIDER, S. **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural.** Porto Alegre: UFRGS, 2016. Cap. 4. p. 93-136.

STANESCU, S. M. **Promoting Social Resilience In Rural Areas Through Social Economy In Time Of The Covid-19 Pandemic.** Strategica, 2020. P. 873.

TOUSSAINT, E. C. **Black Urban Ecologies and Structural Extermination.** Harvard Environmental Law Review. v. 45, p. 447, 2021.

3. CAPÍTULO 2 – GESTÃO PAUTADA EM PRINCÍPIOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO SOBRE TECNOLOGIA SOCIAL

RESUMO

A agroecologia surge como movimento, ciência e prática, representando uma alternativa crítica ao sistema agroalimentar atual. Um dos pilares da agroecologia é a economia solidária, que promove relações econômicas baseadas na cooperação, autogestão e comércio justo entre agricultores, atravessadores e consumidores. O presente trabalho apresenta um estudo de caso com o Instituto Candombá, localizado na cidade de Campinas - SP, sendo um modelo de mercado que aplica na prática os princípios da economia solidária na comercialização de alimentos. O objetivo foi analisar como a gestão pautada nos princípios da economia solidária pode ser compreendida como uma tecnologia social. Por meio de uma abordagem de pesquisa qualitativa, que combinou entrevista com roteiro de perguntas semiestruturadas e visitas, a pesquisa demonstrou que o processo de incubação do Instituto Candombá pelo Instituto Chão manteve os princípios de autogestão, transparência, preço justo e proximidade com os agricultores. A partir disso, é possível entender essa transferência de conhecimento pelo processo de incubação como uma tecnologia social reaplicável, em que ocorreram adaptações ao contexto local, e que, embora possua desafios como estratégias de divulgação e sustentabilidade financeira, mantém os mesmos objetivos iniciais, a fim de construir coletivamente uma sociedade com relações mais justas. A economia solidária, através deste estudo de caso, demonstra que pode ser operacionalizada como tecnologia social, porém sua escalabilidade depende de políticas públicas que apoiem o desenvolvimento de projetos, redes de cooperação entre iniciativas similares e consciência dos consumidores, uma vez que possuem papel indispensável para o funcionamento deste modelo de rede alternativa de comercialização de alimentos.

Palavras-chave: Economia solidária, Autogestão, Agroecologia, Tecnologia Social.

3.1 INTRODUÇÃO

A agroecologia é um conceito multifacetado que combina ciência, prática e movimento social. Originada no início do século XX, a agroecologia teve sua base teórica consolidada a partir da década de 1970, com a integração da ecologia à agronomia. No Brasil, seu desenvolvimento está intimamente ligado à crítica à Revolução Verde e ao fortalecimento da agricultura familiar, envolvendo práticas tradicionais e saberes científicos, ela propõe a criação de agroecossistemas que respeitam a biodiversidade, promovem soberania alimentar e fortalecem mercados locais (CAPORAL e COSTABEBER, 2004; WEZEL *et al.*, 2009).

A economia solidária, como pilar fundamental da agroecologia, promove modelos econômicos alternativos baseados em autogestão, cooperação e justiça social. No Brasil, experiências como cooperativas e circuitos curtos de comercialização têm ganhado destaque, conectando produtores e consumidores de forma mais direta e equitativa. Essas iniciativas não apenas geram renda para agricultores familiares, mas também incentivam práticas sustentáveis e fortalecem comunidades locais. Assim, a economia solidária atua como um mecanismo alternativo de comercialização de alimentos (FIGUEIREDO, 2020).

A tecnologia social complementa esses processos ao oferecer soluções adaptadas às necessidades locais, promovendo inclusão e transformação social. Ela se destaca por sua flexibilidade e potencial de reaplicação em contextos variados, permitindo que comunidades desenvolvam práticas e conhecimentos alinhados aos princípios de sustentabilidade e colaboração (Silva, 2019). Nos circuitos curtos de comercialização, essas tecnologias ajudam a conectar agricultores e consumidores, reduzindo intermediários e fortalecendo vínculos sociais e econômicos.

Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo analisar de que maneira a gestão pautada nos princípios da economia solidária pode ser compreendida como uma tecnologia social, através de um estudo de caso realizado com o Instituto Candombá, apresentando sua trajetória e funcionamento.

3.2 REFERENCIAL TEÓRICO

3.2.1 Breve contexto da agroecologia no Brasil

A palavra “agroecologia” começou a ser utilizada no início do século XX. Desde então, sua definição e escopo passaram por muitas mudanças e evolução. Do ponto de vista das práticas agrícolas, pode-se afirmar que a agroecologia remonta às origens da agricultura. Ao estudar as agriculturas tradicionais, como indígenas e camponesas, percebe-se sistemas agrícolas complexos adaptados às condições locais. Em base ao conhecimento acumulado ao longo da história, estas comunidades demonstram estratégias estruturadas e funcionais às suas necessidades (HECHT, 1999).

A agroecologia enquanto ciência é mais recente, sendo que a união dos estudos de agronomia com os de ecologia ficou mais forte apenas a partir dos anos 1970 (Gliessman, 2001). Essa ciência passou por mudanças, indo além do estudo de áreas rurais e passando a uma escala maior, conectando produção, distribuição e consumo de alimentos. Gradualmente, a agroecologia também emergiu como movimento e prática, principalmente no começo dos anos 1980 (WEZEL *et al.*, 2009).

No Brasil, o movimento agroecológico foi sendo criado ao longo do tempo e permanece em construção. Sua constituição decorre do enfrentamento dos problemas relacionados às questões agrícolas e agrárias do país. Desde a Revolução Verde, a agricultura no Brasil passou por mudanças profundas em que novas estruturas e práticas foram integradas. O movimento emergiu nos anos 1970, levantando bandeiras de promoção à agricultura sustentável, agricultura familiar e soberania alimentar (CAPORAL e COSTABEBER, 2004; WEZEL *et al.*, 2009).

3.2.2 Agroecologia

A agroecologia é um termo que apresenta diferentes interpretações em várias partes do mundo e que sofre mudanças com o passar dos anos (Wezel *et al.*, 2018). Para Gliessman (2000), o enfoque agroecológico pode ser definido

como “a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis”. Partindo do conhecimento local, integrado ao conhecimento científico, são construídos novos saberes socioambientais capazes de propor uma transição ao sistema agroalimentar atual (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

É fundamental refletir sobre o conceito de transição agroecológica, já que não existe um modelo pronto. Também há de se reconhecer que a transição agroecológica difere em cada contexto e que não ocorre de forma linear. Devido às diferentes possibilidades relacionadas à definição da agroecologia ou da transição agroecológica, alguns autores a veem por meio de uma lente de imprecisão ou confusão. Norder *et al.* (2016) refutam este argumento afirmando que a agroecologia deve ser vista como um campo rico em diversidade de perspectivas e debates que enriquecem seu desenvolvimento científico e sua relevância social.

Segundo Altieri (2002), a agroecologia é uma ciência que oferece princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, planejar e avaliar agroecossistemas, visando promover a implementação e o avanço de práticas agrícolas mais sustentáveis. Assim, a agroecologia fornece as fundamentações científicas necessárias para apoiar a transição para uma agricultura sustentável em suas várias formas e denominações. Embora exista espaço para otimizar e adaptar a agroecologia a cada contexto, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO (2018) define os principais elementos da agroecologia. São eles: diversidade; cocriação e intercâmbio de conhecimento; sinergia; eficiência; reciclagem; resiliência; valores humanos e sociais; tradições culturais e alimentares; governança responsável; e economia solidária.

Dentro destes elementos da FAO (2018) e da discussão supramencionada, é visível que a agroecologia abrange mais do que o meio rural e os atores que produzem alimentos. Toda a cadeia produtiva, considerando desde os agricultores, passando por intermediários, mercados, até chegar nos consumidores são partes que atuam ativamente no sistema agroalimentar e estes devem ser entendidos mais profundamente.

3.2.3 Convergências entre economia solidária e agroecologia

Desde a década de 1990, é observada no Brasil uma dinamização de diversidade de atividades econômicas baseadas em associações, que têm sido reconhecidas no âmbito das chamadas "outras economias". Essas experiências coletivas, originadas de práticas e estratégias de sobrevivência, incorporam à cena econômica elementos como solidariedade, sustentabilidade, participação, autogestão e outros. Essas práticas contrastam com a concepção hegemônica de economia (MOLINA *et al.*, 2020).

O último elemento da agroecologia definido pela FAO (2018) é a economia solidária. Há diversos atores no contexto da economia solidária que, mesmo adotando estratégias distintas, parecem convergir em um projeto comum de transformação social, pautado na cooperação, na democracia e na construção de alternativas econômicas (Gaiger, 2019). Desde experiências abrangendo formas da agricultura familiar, assentamentos, empresas recuperadas pelos trabalhadores, redes de recicladores, associações e cooperativas rurais, moedas sociais etc. Este cenário abarca tanto experiências econômicas tradicionais, que preservam formas históricas de produção, especialmente no meio rural, como comunidades indígenas, quilombolas e organizações de agricultura familiar, quanto experiências mais recentes de trabalhadores, que se organizam em iniciativas de trabalho que recebem o nome de economia solidária.

Schneider (2016) analisou os mercados de proximidade, que são espaços de interação social envolvendo diversos atores, com destaque para agricultores familiares e suas organizações sociais. O comércio justo e solidário surge como uma alternativa ao comércio convencional, buscando uma relação socioeconômica mais equitativa e com participação ativa dos produtores e consumidores. Além disso, essa proposta visa contribuir para um valor aquisitivo que promova interesses compartilhados e seja mais justo para grupos marginalizados. Também é enfatizada a importância de reconhecer a dinâmica desses novos mercados em debates acadêmicos e políticas públicas.

A economia solidária faz-se a partir de um conjunto de diversos significados, mas que todos partem do mesmo princípio, em busca da

solidariedade, em contraste com o individualismo que caracteriza o comportamento padrão da sociedade no modo de produção capitalista (Singer, 2003). Para Singer (2002, p. 10), a economia solidária “é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”.

Gaiger (2004) destaca que a solidariedade é um dos pilares fundamentais desta economia alternativa, constituindo-se como uma instituição social que busca “reduzir oposições e mitigar antagonismos entre capital e trabalho, entre o econômico e o social, entre a ética e a economia, entre o interesse próprio e o bem coletivo”. Perante a estas características, a economia solidária dá-se como uma alternativa de desenvolvimento sustentável, com geração de trabalho e distribuição de renda. Os resultados obtidos são compartilhados entre os participantes, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito (MARTOS, 2013).

De acordo com Singer (2002), a economia solidária emerge como uma resposta dos próprios trabalhadores às mudanças no mundo laboral. Essas respostas são marcadas por iniciativas que se configuram como organizações econômicas solidárias, operando sob a forma de autogestão e dedicando-se à produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio, consumo solidário, entre outras formas. Pode-se dizer, portanto, que é uma maneira de devolver aos trabalhadores a capacidade de decidir o que será produzido, como será produzido, para que e para quem será produzido.

Caporal (2011) destaca que o comércio justo proporciona uma maior diversidade produtiva aos agricultores familiares, contribuindo para o avanço do desenvolvimento rural local. O agrupamento social na agricultura familiar favorece a diversificação do sistema produtivo e reduz os riscos econômicos e ambientais das propriedades. Nessa perspectiva de comércio justo e solidário, para Correa (2018), esse modelo representa um movimento de resistência popular e operária contra o desemprego e a exclusão social. No contexto agrícola, busca promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares (FREITAG; KLESENER; PLEIN, 2019).

A agroecologia visa aproximar produtores e consumidores, priorizando mercados locais e contribuindo para o fortalecimento da economia local. Estratégias agroecológicas buscam soluções justas, alinhadas com as necessidades, recursos e capacidades locais, promovendo mercados mais sustentáveis e equitativos. Dessa forma, ampliar os circuitos alternativos de comercialização pode beneficiar os produtores ao aumentar sua renda, ao mesmo tempo em que atende às demandas dos consumidores (FAO, 2018).

No Brasil, a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na segurança alimentar, pois abastece o consumo interno e fortalece as cadeias produtivas e de distribuição de alimentos em nível local e regional (IBGE, 2020). A abordagem da economia solidária pode ser aplicada ao setor agroalimentar, especialmente na produção e comercialização de alimentos dentro da agricultura familiar, promovendo a criação de valor compartilhado entre os envolvidos.

3.2.4 Agricultura familiar e desafios na comercialização

A definição legal de agricultura familiar consta na lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, delimitando a área, a mão-de-obra, percentual de renda e gestão do estabelecimento compartilhado pela família. É a agricultura familiar que desempenha um papel significativo na produção de alimentos no Brasil, além da contribuição para a geração de emprego e renda no meio rural. A agricultura familiar também está diretamente relacionada às questões culturais, à segurança e soberania alimentar, à diversidade na produção agrícola, à valorização do ambiente em que está inserida e, conseqüentemente, ao desenvolvimento rural (DELGADO e BERGAMASCO, 2017).

Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), existem no Brasil 3.897.408 estabelecimentos classificados como agricultura familiar. Tal quantitativo representa 76,8% dos estabelecimentos agropecuários levantados no período. A área ocupada é de 81 milhões de hectares, porém, representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Os estados da região Centro-Oeste e o estado de São Paulo possuem as menores proporções de área ocupada pela agricultura familiar. Ainda segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), o Brasil possui 579.500 estabelecimentos

associados em cooperativas, sendo que 71,2% destes estabelecimentos cooperados são da agricultura familiar.

Ao mesmo tempo em que a agricultura familiar apresenta expressiva relevância e importância ao país, também enfrenta muitas dificuldades, dentre as quais, o escoamento, a comercialização e o acesso aos mercados de alimentos. Também poucos investimentos são direcionados a esse setor. O desafio central para as pequenas propriedades é encontrar estratégias que busquem inserção dinâmica nos mercados, sendo essa diversificação uma possível ferramenta para alcançar viabilidade econômica (Ueno *et al.*, 2016). Schneider (2016), baseando-se em Wilkinson (2008), apresentou as principais formas de escoamento de produção da agricultura familiar, sendo estas o mercado de proximidade, os mercados locais e territoriais, os mercados convencionais e os mercados públicos e institucionais. Cada um com seus respectivos perfis e desafios (ANTUNES JUNIOR *et al.*, 2019).

Segundo Contrigiani *et al.*, (2023), diferentes grupos de agricultores estão criando abordagens alternativas para a comercialização e distribuição de alimentos. A busca de inserção em variados tipos de mercado, visando a agroindustrialização autônoma e, conseqüentemente, a maior agregação de valor aos produtos são também relevantes a agricultura familiar (Mira *et al.*, 2018). Simultaneamente as ações dos agricultores, surgem iniciativas de consumidores organizados, que buscam novas formas de consumo, priorizando o caráter local e estabelecendo conexões mais próximas com os agricultores.

Os circuitos curtos de comercialização são modelos de distribuição de alimentos que buscam a redução de intermediários desde o agricultor até o consumidor final. A partir do encurtamento da cadeia produtiva é permitido que os alimentos cheguem diretamente aos consumidores reduzindo os custos e aumentando a transparência entre os atores envolvidos. Com a redução de intermediários e atravessadores, os produtores recebem um valor financeiro mais justo por seu trabalho e alimentos. Essas ações promovem relações mais diretas e conscientes sobre os processos relacionados a produção de alimentos (DAROLT, 2012; ROVER e DAROLT, 2021).

Nos últimos anos, na cidade de São Paulo, ocorreu o surgimento de várias redes alimentares alternativas, sendo estas, os circuitos curtos de comercialização. Diversos exemplos podem ser mencionados, como a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA); o coletivo Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo (MUDA-SP); os Institutos de economia solidária, como o Instituto Chão, o Instituto Feira Livre e o Instituto Baru; o Armazém do Campo, que comercializa produtos de assentamentos da reforma agrária; a Rede de Grupos de Consumo Responsável de São Paulo; entre outros (CHEUNG, 2022).

Nagib (2020) apresenta que os Institutos de economia solidária são associações sem fins lucrativos, que comercializam produtos orgânicos, advindos da agricultura familiar. Também são espaços de formação, com realização de oficinas e palestras com temáticas de sustentabilidade e agroecologia, que visam promover conscientização, oferecer oportunidades de intercâmbios de conhecimentos e experiências e incentivar a criação de redes. Os Institutos estimulam a solidariedade entre as pessoas envolvidas no processo de comercialização de alimentos e produtos orgânicos e agroecológicos, estruturando mecanismos comerciais alternativos que não dependam das regras impostas pela economia hegemônica, reduzindo riscos para os agricultores, garantindo o escoamento da produção e a remuneração mais justa.

O Instituto Chão, inaugurado em 2015 no bairro da Vila Madalena (zona oeste da cidade de São Paulo), compra produtos e alimentos de assentamentos rurais, quilombolas, produtores rurais urbanos e cooperativas. Entre eles, os que já possuem certificados orgânicos e em fase de transição agroecológica (Figueiredo, 2020). O Instituto Feira Livre, inspirado no Instituto Chão e inaugurado em 2017 na Vila Buarque (zona central da cidade de São Paulo) possui características semelhantes, assim como o Instituto Baru, inaugurado em 2019 no Butantã (zona oeste da cidade de São Paulo). Os três Institutos vendem alimentos e produtos pelo preço do produtor e sugerem que os consumidores deixem uma contribuição voluntária de 30 a 35% sobre o valor total da conta. Esse valor sustenta o funcionamento deste modelo de gestão pautado no consumo consciente, na transparência dos processos que envolvem os custos

do negócio e que prioriza o circuito curto de produção e a economia solidária (NAGIB, 2020).

3.2.5 Tecnologia social

Na década de 1970, as tecnologias sociais começaram a ser disseminadas, embora fossem conhecidas por outras denominações, como Tecnologias Apropriadas. Assim, essas tecnologias eram compreendidas como soluções simples e de baixo custo para problemas locais, com o objetivo de gerar renda e promover o desenvolvimento, incluindo aspectos relacionados à saúde e ao meio ambiente, resultando em melhorias concretas na realidade em que eram aplicadas (SILVA, 2019).

A tecnologia social traz a temática da inclusão social e melhoria da qualidade de vida, partindo do reconhecimento de que existem problemas sociais que se encontram sem soluções. Um dos conceitos de tecnologia social é o que compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. A tecnologia social é reaplicável, e não replicável, pois entende-se que em cada situação haverá uma novidade para solucionar o que estiver sendo proposto em um dado local. Em tal conceito de tecnologia social, a técnica pode ser considerada como um instrumento de emancipação social (RODRIGUES e BARBIERI, 2008).

Sob a ótica da tecnologia social, as capacidades coletivas são utilizadas para chegar a um objetivo social. As competências artesanais, por exemplo, são consolidadas e apropriadas pelos atores envolvidos, como base para serem reaplicadas em outros locais (Pires e Novaes, 2016). Com isso, a tecnologia social é passível de ser apropriada segundo as necessidades do coletivo envolvido, em função do contexto socioeconômico e permitindo modificações do que foi gerado, podendo ser produtos, técnicas, metodologias, equipamentos, procedimentos etc. (DE MEDEIROS *et al.*, 2017).

Existem alguns preceitos relacionados aos processos na tomada de decisões que envolvem a tecnologia social, por exemplo, deve ser um processo democrático e desenvolvido pela mobilização social. Também se relaciona com

a construção de novos conhecimentos a partir da prática, visando atender demandas sociais, servindo como referência para outras experiências em diferentes contextos (RODRIGUES e BARBIERI, 2008).

A tecnologia social percorre vivências desenvolvidas em comunidades urbanas e rurais, em movimentos sociais, em centros de pesquisas e nas universidades. A cartilha do SEBRAE (2017) cita alguns exemplos de tecnologia social geralmente aplicadas em meios rurais, como os canteiros circulares, as cisternas, os biocombustíveis, os biodigestores, as bioconstruções, entre outros. É importante mencionar que estas tecnologias não são patenteadas.

É possível estabelecer uma conexão da tecnologia social com a comercialização de alimentos e como esta ocorre em diversos contextos. Como supramencionado, existe uma variedade de formatação dos circuitos curtos de comercialização, em que os agricultores e consumidores encontram soluções a partir de suas necessidades, como as feiras, as cestas, as comunidades que sustentam agricultura, os mercados de economia solidária, entre outros. Cada qual possui um funcionamento, organização e função social em relação ao contexto em que surgiu.

O Instituto de Tecnologia Social Brasil (ITS, 2004), fundado em 2001, definiu parâmetros da tecnologia social. Tendo experiências reais como base, o ITS retirou elementos centrais que atribuem a estas o caráter de tecnologia social. Os parâmetros definidos são:

- Motivação: Atende a demandas sociais concretas.
- Tomada de decisão: Feita de forma democrática com a população.
- Papel da população: Envolve participação, apropriação e aprendizado dos atores.
- Sistemática: Baseada em organização, planejamento e sistematização do conhecimento.
- Construção do conhecimento: Gera novos saberes a partir da prática.
- Sustentabilidade: Visa a sustentabilidade econômica, social e ambiental.
- Ampliação de escala: Promove aprendizados que inspiram novas experiências.

Aderente aos princípios de economia solidária, a tecnologia social apoia e incentiva a comunicação entre indivíduos e tecnologia, e assim valoriza os princípios norteadores para uma sociedade mais justa e inclusiva (Dagnino, 2019). A partir dos princípios da economia solidária, com organizações coletivas, que possuem democracia interna e que remuneram o trabalho de forma justa, promove-se o fortalecimento de comunidades, permitindo que os indivíduos desenvolvam habilidades e conhecimentos que beneficiem a todos. A tecnologia social se torna, então, uma ferramenta com potencial para empoderar grupos marginalizados, facilitando o acesso a informações, recursos e oportunidades. Essa abordagem busca não apenas a transformação econômica, mas também a construção de laços sociais e a promoção de uma cultura de colaboração, essencial para enfrentar os desafios contemporâneos e construir um futuro mais equitativo.

3.2.6 Destinos da pesquisa e estudo de caso

Nos últimos anos, foram realizados diversos trabalhos que apresentam redes de comercialização de alimentos na cidade de São Paulo, como Institutos de economia solidária e outras redes alternativas (Cheung, 2022; Figueiredo, 2020; Nagib 2016, 2020; Nagib e Nakamura 2020; Nakamura, 2017). Alguns destes trabalhos tiveram como foco o Instituto Chão e seu funcionamento, ou como os agricultores comercializavam os alimentos para este Instituto em particular. Todos mencionam, de forma geral, que o fortalecimento de Institutos de comércio justo e economia solidária tem sido uma estratégia relevante para promover a inclusão social e econômica de agricultores familiares.

O Instituto Candombá, localizado na cidade de Campinas - SP, foi inaugurado em fevereiro de 2023, e possui um vínculo especial com o Instituto Chão, uma vez que é um projeto que nasceu como incubação dele, levando o modelo já presente na cidade de São Paulo para outra cidade do estado. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo analisar de que maneira a gestão pautada nos princípios da economia solidária pode ser compreendida como uma tecnologia social, através de um estudo de caso realizado com o Instituto Candombá, apresentando sua trajetória e funcionamento.

3.3 MATERIAL E MÉTODOS

Será conduzida uma pesquisa integrativa, que combina abordagens exploratórias e descritivas. De acordo com Gray (2012), esse método visa investigar fenômenos sobre os quais ainda não se dispõe de conhecimento suficiente, buscando assim aumentar a compreensão e familiaridade com o objeto de estudo. O caráter descritivo tem como objetivo a descrição de características de uma determinada população ou fenômeno. E o caráter exploratório tem como principal finalidade desenvolver e esclarecer conceitos e ideias (Gil, 1999). Além disso, a pesquisa exploratória e descritiva, não tem o objetivo de generalizar ou transferir o que foi encontrado para outras populações ou situações (SAMPAIO e PAULA, 2024).

Para a coleta de dados primários foi realizada entrevista com roteiro de questionário semiestruturado. A entrevista foi realizada com uma associada ao Instituto e foi gravada com o auxílio do celular e posteriormente transcrita de áudio para texto. Foi determinado entrevistar uma pessoa considerando que todos os associados possuem o mesmo conhecimento sobre a gestão e o funcionamento. Também foram realizadas quatro visitas ao Instituto entre os anos de 2023 e 2025.

O roteiro de questionário semiestruturado foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) é 79963824.3.0000.5504. O roteiro do questionário está presente no Apêndice 1 e o TCLE está presente no Apêndice 2 da presente dissertação.

3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção foram analisados os blocos das perguntas realizadas durante a entrevista com o Instituto Candombá, abordando desde o ponto de vista da criação e funcionamento do Instituto, até o ponto de vista dos alimentos e consumidores que frequentam o local. Considera-se fundamental compreender todos estes itens, possibilitando verificar em que medida cada qual se relaciona

com economia solidária e tecnologia social. Durante as visitas e entrevista realizadas foi possível observar práticas concretas e valores organizacionais que se alinham com os princípios da economia solidária e que possuem potencial de serem uma tecnologia social.

3.4.1 CRIAÇÃO DO INSTITUTO CANDOMBÁ

A criação do Instituto Candombá está profundamente ligada à trajetória do Instituto Chão, localizado na cidade de São Paulo. Segundo a associada entrevistada, a ideia de replicar o modelo em Campinas é antigo e, em 2019, um grupo iniciou diálogos para começar o projeto. Amizades de longa data foram decisivas para inspirar este processo inicial. O grupo se programava para iniciar as atividades no mesmo ano, porém a pandemia de Covid-19, em 2020, impactou as atividades e interrompeu os planos, tornando desfavorável começar um negócio em um período com tantas incertezas. A associada descreve a situação:

“Acompanhando o Chão, o crescimento do Chão, como funciona bem lá, a gente veio conversando sobre a possibilidade de abrir um espaço como aquele aqui em Campinas há muito tempo já. Só que aí na sequência veio a pandemia, né? Aí esse processo, esse projeto ficou congelado, estagnado”.

Somente no final de 2021, e com um núcleo menor de pessoas, o projeto foi retomado e, em março de 2023, o Instituto Candombá abre suas portas na cidade de Campinas. O processo de incubação com o Instituto Chão foi fundamental para estruturar o Candombá. A associada descreve que o Instituto Chão apoiou não apenas com conhecimento, mas também com recursos materiais, como o primeiro estoque de produtos. Os associados tiveram oportunidade de trabalhar no Instituto Chão, em São Paulo, buscando o aprendizado na prática: *“Então fizeram tipo um estágio, do dia a dia da loja, como é que funciona, como é que é a conversa com as pessoas, como é que você explica pras pessoas o projeto”* explica a associada.

Esse suporte permitiu que o grupo superasse desafios logísticos e financeiros iniciais, como a compra de equipamentos essenciais, geladeiras, prateleiras e a construção de relações com fornecedores. Ela destaca a importância desse vínculo: "*Eles [associados do Chão] nos emprestaram dinheiro e até hoje trocamos ideias para resolver problemas*". Apesar da autonomia, ocorre a colaboração com outros Institutos, como o Barú e o Feira Livre, reforçando a visão solidária dos projetos e atuação em redes.

A escolha do bairro de Barão Geraldo, em Campinas, não foi aleatória. A associada explica que a decisão considerou tanto as raízes pessoais do grupo, muitos sendo moradores antigos da região, quanto o perfil do público, mais aberto a iniciativas alternativas. No entanto, ela reconhece que o contexto social de Campinas, menos populoso e diverso quando comparado ao de São Paulo, exigiu adaptações. Enquanto o Chão teve visibilidade imediata graças a parcerias midiáticas de alto impacto (como o site *Catraca Livre*), o Candombá constrói sua identidade passo a passo, buscando ampliar a consciência de seus consumidores quanto a colaboração voluntária e outros pilares da economia solidária.

A incubação do Instituto Candombá pelo Instituto Chão exemplifica uma tecnologia social na prática, que se encontra ainda em adaptação. A divulgação dos dois locais, por exemplo, ocorre de maneira diferente. Ao mesmo tempo em que o mercado de São Paulo recebeu apoio midiático de impacto, o mercado em Campinas depende do trabalho dos associados na construção das comunicações com os consumidores do local. É um modelo econômico adaptado e reaplicado em outro contexto, então foram observadas essas diferenças.

O processo de incubação do Candombá, envolveu não apenas a transferência de conhecimento, mas também a criação de uma rede de apoio para superar desafios materiais. A autogestão, nesses casos, surge como um apoio para a construção de redes, sendo um exemplo na forma como o local mantém sua autonomia, mesmo com o suporte contínuo em questões operacionais e financeiras.

Os desafios locais enfrentados demonstram a diferença entre os projetos, já que existiu uma dificuldade de implementar um mercado com funcionamento alternativo e o reconhecimento rápido pelos consumidores. Enquanto o Instituto Chão, em São Paulo, beneficiou-se das parcerias midiáticas que amplificaram sua visibilidade, o Candombá constrói sua rede local, enfrentando resistências culturais. A associada sintetiza: *"As pessoas não entendem como vendemos a preço de custo e dependemos de doações"*, evidenciando a tensão entre a economia solidária e a mentalidade individualista. Essa disparidade reforça a necessidade de adaptações, como eventos para engajar o público local.

Quando falamos sobre o processo de incubação pelo Instituto Chão poder ser interpretado como uma tecnologia social, ou seja, uma tecnologia criada pelas pessoas envolvidas, com objetivos de propor alternativas de transformação social, e com possibilidade de reaplicação, a entrevistada menciona que:

"Sem dúvida. Porque eu acho que nesses, sei lá, três anos que a gente começou a conversar sobre isso, todos mudamos muito, né? A gente aprende a escutar. A gente aprende a trabalhar em grupo de uma maneira diferente. A aceitar que a sua ideia não vai ser acolhida naquele momento. A convivência mesmo com todo mundo. O entendimento da importância do projeto."

No Instagram do Instituto Candombá é possível ver os agradecimentos deste projeto de incubação em algumas publicações, mencionando o acolhimento, coletividade e partilha. Ao trazer o modelo de negócio da capital do estado para o interior, são visíveis as adequações necessárias ao contexto local quanto a potência de reinventar práticas a partir das realidades e saberes do território.

3.4.2. FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO CANDOMBÁ

O funcionamento diário do Instituto Candombá é um exemplo prático dos princípios da economia solidária, especialmente no que diz respeito à autogestão e democracia interna. O Instituto é uma associação, e como destacou a

associada, "*todo mundo sabe fazer tudo, mas cada um tem sua expertise*", refletindo a horizontalidade proposta por Singer (2002), para quem as iniciativas de economia solidária devem romper com hierarquias rígidas dos modelos econômicos convencionais.

Como mencionado, o Instituto é autogestionado, isso significa que a gestão e as decisões são tomadas coletivamente pelos próprios trabalhadores, sem uma hierarquia tradicional com um chefe ou dono do negócio, atuando separado dos demais. Nesse tipo de modelo todos participam das decisões importantes, seja por consenso ou votação. Todos os associados podem ter as mesmas funções, existem divisões de acordo com as aptidões, mas todos são responsáveis pela gestão e pelo funcionamento do local.

Ao discutir como iniciativas econômicas que funcionam a partir da autogestão exigem não apenas participação, Franzoni e Da Silva (2016) expõem que as tecnologias sociais propõem o diálogo entre diferentes saberes e comprometimento com a transformação social. Tal contexto pode ser evidenciado nas ações do Instituto Candombá, as quais possuem uma divisão natural de atividades, onde alguns associados assumem uma parcela maior da gestão administrativa, enquanto outros se dedicam às atividades operacionais, porém todos estão cientes das movimentações que acontecem e possuem o conhecimento necessário para realizá-las quando necessário. Em contraposição, outros modelos econômicos de empresas, funcionam em detrimento que apenas um grupo possui o conhecimento do negócio, não sendo compartilhado justamente para manter a estrutura hierarquizada.

O Instituto Candombá adota um sistema de precificação distinto de outros modelos comerciais. Como explica a associada, "*a gente vende tudo a preço de custo, aqui não tem margem de lucro, só um percentual pra cobrir frete e perdas*". Essa abordagem reflete um compromisso com a transparência e o acesso a alimentos de qualidade, em que os preços correspondem ao valor pago aos produtores, acrescido de uma taxa necessária para custear despesas operacionais, como o transporte, que são entre 8% e 10% sob o valor do alimento. A diferença em relação aos outros modelos de mercado é significativa. A associada menciona que "*a mesma caixa de tâmara orgânica que vendemos*

por R\$28, custa R\$80 em outros mercados", evidenciando como o modelo de negócio prioriza a equidade em vez de margens de ganho.

O Instituto utiliza o mesmo sistema de funcionamento do Instituto Chão, sendo que o trabalho é organizado de forma horizontal, com divisão de tarefas e responsabilidades, mas sem uma figura de autoridade central. O financiamento do local se baseia na colaboração voluntária dos consumidores. *"As pessoas acham que a gente é abnegado ou que ninguém ganha nada. Não é isso"*, esclarece a associada. *"Todo mundo precisa pagar contas, mas nosso modelo é diferente, ninguém fica rico, ninguém explora ninguém"*. Atualmente, apenas dois membros recebem remuneração fixa. Os demais associados possuem outros trabalhos e contribuem de forma voluntária. É evidente que existe um compromisso coletivo com os objetivos do projeto que vão além de interesses individuais.

As contribuições voluntárias ocorrem pela maior parte dos consumidores, e a associada explica que geralmente é de 30% sob o valor da compra, ou seja, se o valor da compra foi de R\$100, o consumidor opta por pagar mais R\$30. Com as contribuições o Instituto consegue cobrir suas despesas operacionais como aluguel, contas como água, energia elétrica, internet e a remuneração de dois associados.

A associada menciona que após dois anos, o Instituto Candombá ainda não possui excedentes. Algumas dificuldades surgem da necessidade de conscientização constante dos consumidores, como no caso de quem afirma *"Ah, mas eu já colaborei da outra vez"*, mostrando que o entendimento sobre o funcionamento do modelo de negócio ainda precisa ser trabalhado, já que as contribuições podem ser feitas em todas as compras realizadas e a manutenção do espaço é contínua. Apesar dos desafios, o Candombá mantém seu propósito de oferecer alimentos a preços acessíveis enquanto fortalece os laços entre os produtores e os consumidores já há pouco mais de dois anos.

A transparência e a corresponsabilidade são pilares fundamentais para ambos os Institutos. Existem mecanismos para que os consumidores tenham uma visão ampla das despesas, arrecadações, saldos e porcentagem de arrecadação. Geralmente, a apresentação destas informações se dá de maneira

mensal, através de espaços virtuais, como a rede social Instagram, como no próprio espaço, em lousas que estão presentes no local, em que as pessoas têm acesso logo ao chegar no estabelecimento. Quando falamos sobre o Instituto Chão, que possui excedentes financeiros, é importante ressaltar que a maior parte das pessoas ainda acredita que estão faturando e lucrando, porém ela menciona que *“esse dinheiro vai para o fundo, não é lucro. É difícil de entender porque foge do convencional, do modelo que existe um chefe, existe um dono”*.

Campos (2024) entrevistou um dos associados do Instituto Chão que descreveu o que poderia ser feito em caso os excedentes fossem maiores e suficientes para não serem utilizados unicamente no próprio financiamento. Ele menciona que *“Com a porcentagem maior, poderíamos realizar uma feira a preço de custo em locais periféricos da cidade, por exemplo, ou criar fundos para reduzir o custo dos produtores”*.

A busca por melhorias, além do próprio financiamento do projeto, é um dos motivadores dos associados. O Instituto de São Paulo, por exemplo, possui disponibilidade de doações de marmitas para a população em situação de rua. E em Campinas existe um espaço “Pegue e Leve”, em que são disponibilizados alimentos para doação, independente se a pessoa for consumidora do mercado ou não. O objetivo é reduzir o desperdício e garantir que alimentos fora de padrões estéticos comuns sejam descartados.

3.4.3 ALIMENTOS E AGRICULTORES

Sobre a origem e a produção dos alimentos vendidos no Instituto Candombá, a entrevistada destaca que o hortifrúti disponível é 100% orgânico. Em sua fala é possível perceber que existe uma preocupação com a certificação, pois pode ocorrer contaminação dos produtos certificados orgânicos, quando em contato com os não certificados. Isso significa que os agricultores que ofertam produtos *in natura* obrigatoriamente possuem certificação orgânica: *“Tudo que a gente tem de hortifrúti, tudo, absolutamente tudo é orgânico e certificado”* relata a entrevistada.

Essa política do Instituto garante a procedência dos alimentos e a segurança do consumidor, pois a certificação orgânica é um instrumento

fundamental para assegurar ao consumidor a origem do produto e o cumprimento das normas técnicas de produção (FERREIRA; SOUZA, 2017).

No local são vendidos alimentos de mercearia, hortifruti, laticínios, carnes, ovos, grãos, bebidas e outros produtos. A entrevistada cita "ovo e pão" como os alimentos mais vendidos, além de itens como queijos artesanais, que têm apelo pela qualidade e denominação de origem. Os alimentos mais valorizados pelos consumidores refletem também uma preocupação com a produção ética dos alimentos de origem animal.

Por outro lado, a logística é um desafio: *"Na região de Campinas há poucos produtores orgânicos certificados com capacidade de fornecer"*, o que exige adaptações para manter a oferta diversa de alimentos. Assim, ocorre a compra de parte dos produtos vindos de grandes distribuidores (por exemplo a marca *Go Green*) e a busca de produtos de cooperativas mais distantes, como a *Ecoterra*, que possui cooperados em várias cidades localizadas no Rio Grande do Sul.

Ao entrar no local é possível ver a origem dos alimentos a partir da identificação dos produtores. O mesmo ocorre nas redes sociais, pois são compartilhadas as parcerias que ocorrem. No mercado são indicados os nomes da organização, por exemplo, cooperativas, associações, institutos e distribuidores, da qual o alimento é proveniente. É possível perceber que há produtos com vida útil mais longa, vindos de localidades mais distantes, como batata e batata-doce, da *Ecoterra*. Ao mesmo tempo em que alimentos com maior perecibilidade são adquiridos de parceiros de locais próximos, como o Instituto Terra Viva, da cidade de Sorocaba, e o Instituto Portão Grande, da cidade de Jundiaí, que fornecem alimentos como couve-flor, rúcula, alface e outros.

É preciso equilibrar as necessidades operacionais do Instituto, como garantir entregas regulares e manter a certificação orgânica, com o compromisso de valorizar e manter a proximidade com os produtores. Uma das associadas explica como essa lógica é apresentada aos consumidores: *"o cliente que chega lá pela primeira vez, eu falo que a gente trabalha com economia solidária e escolheu trabalhar com orgânico, não o contrário"*. Isso demonstra que a

comercialização de alimentos orgânicos surgiu como uma escolha consciente, alinhada aos valores da economia solidária, e não como ponto de partida. Para os Institutos, a prioridade sempre foi atuar com base nesses princípios, sendo a opção pelo orgânico uma consequência natural desse posicionamento.

Existem vínculos e parcerias transparentes com os agricultores e outros tipos de fornecedores de alimentos ao Instituto. Eles possuem um grupo no *Whatsapp* em que são combinadas as entregas e o que é ofertado. Ela cita um exemplo de valorização da proximidade com os agricultores, pois quando compram o alimento diretamente, arcam com os possíveis custos de uma perda: “*A gente paga o valor da nota do produtor e ainda assume perdas, por exemplo um tomate que estraga*”, simbolizando que este gasto não será passado para a responsabilidade do agricultor.

O trabalho de Figueiredo (2020) apresenta os resultados de uma pesquisa quantitativa com agricultores que ofertam alimentos ao Instituto Chão. Foi identificado que a comercialização entre o Instituto e os agricultores pesquisados apresenta resultados positivos para o desenvolvimento rural, promovendo a inclusão da mão de obra familiar, a valorização dos produtos do campo por meio de preços justos de compra e a consequente melhoria na renda das famílias produtoras. A presente pesquisa não avaliou os agricultores que ofertam alimentos ao Instituto Candombá, sendo esta uma limitação e sugestão de avaliação para futuras pesquisas.

3.4.4 CONSUMIDORES

De acordo com a associada, os consumidores do Instituto Candombá apresentam um perfil diversificado. Pode-se dividir principalmente entre as motivações que os levam até o local, existindo aqueles conscientemente engajados com a economia solidária, e outros que buscam alimentos orgânicos a preços mais acessíveis, mas que inicialmente não possuem conhecimento dos princípios da economia solidária aplicados ali. Segundo a entrevistada, muitos são consumidores fiéis ao projeto e frequentam o local regularmente, e os que ainda não entendem bem o modelo de negócio, aos poucos demonstram interesse em conhecer mais.

Existem alguns consumidores que já possuem relações quase afetivas com o espaço, ela menciona exemplos de clientes que os associados já conhecem bem e sabem o que eles procuram, demonstrando como estas pessoas tornam-se parceiros e fazem parte da rotina do Instituto. Há também os consumidores que chegam ao local atraídos pela qualidade e preço dos produtos. Esses consumidores já costumam consumir alimentos orgânicos e encontraram no espaço alternativas viáveis de custos. É perceptível ao visitar o local que não se trata de um ambiente convencional, há menções que citam por exemplo “*este não é um mercado comum*” e em seguida a explicação do modelo de contribuição “a contribuição é nossa única forma de arrecadação”. Essas explicações, assim como a lousa do balanço mensal, são visíveis aos consumidores e contribuem para ampliar o interesse quanto aos princípios que carrega.

O sistema de colaboração voluntária revela tanto o potencial quanto os desafios. A maioria dos consumidores aceita a sugestão de doar um percentual adicional sobre suas compras, valor que ajuda a cobrir os custos operacionais. Ao mesmo tempo em que existe a solidariedade e o entendimento, existem situações que ilustram a dificuldade em consolidar uma cultura de reciprocidade em um contexto marcado pela lógica individualista.

Para fortalecer o engajamento, estreitamento de laços e parcerias, o Candombá desenvolve estratégias em seu espaço, geralmente voltadas para educação, lazer ou alguma ação social. Eventos como almoços aos sábados e rodas de conversa buscam criar vínculos mais profundos com a comunidade, transformando o local em um espaço de convivência. Essas iniciativas, embora limitadas pela escassez de recursos humanos como mencionado na entrevista, são essenciais para construir a lealdade e proximidade com os consumidores. A associada menciona que “*falta perna pra fazer mais eventos*”, o que demonstra o interesse em ampliar as ações, porém também a existência de limitações.

Em alguns sábados do mês são promovidos almoços preparados por *chefs* de cozinha, utilizando nas preparações os alimentos ofertados pelo Instituto. O pagamento pelo almoço é feito diretamente aos cozinheiros, não tendo um saldo financeiro direto ao Instituto. Estes eventos criam momentos de

descontração onde os consumidores podem interagir com o espaço e com os associados. Além disso, o Instituto também abre suas portas para movimentos sociais locais. Um exemplo é o coletivo As Marielles, grupo vinculado ao acampamento Marielle Vive, que utiliza o espaço para expor e vender seus artesanatos, fortalecendo assim os laços entre a economia solidária e o ativismo político na região de Campinas / SP.

3.4.5 ANÁLISE DE TECNOLOGIA SOCIAL

Com base nos dados obtidos por meio da entrevista e da observação participante junto ao Instituto Candombá, é possível identificar a presença de elementos estruturantes que permitem qualificá-lo como uma tecnologia social, conforme os parâmetros definidos pelo Instituto de Tecnologia Social Brasil (ITS, 2004). A experiência de incubação do Instituto Candombá pelo Instituto Chão representa, portanto, um caso prático e promissor de tecnologia social, mais especificamente na forma de um modelo de negócio baseado na economia solidária.

Ao se analisar o estudo de caso com os parâmetros definidos pelo ITS (2004), obtem-se as seguintes informações:

- **Motivação:** Atende a demandas sociais concretas.

A criação do Instituto Candombá pode não ter ocorrido, inicialmente, como uma resposta direta às demandas sociais geradas pelas falhas do sistema agroalimentar. No entanto, suas práticas cotidianas configuram uma alternativa concreta de acesso a alimentos orgânicos a preços mais acessíveis. Observa-se, de forma clara, o compromisso com a construção de formas alternativas de organização econômica, pautadas na solidariedade, na cooperação e na justiça social.

- **Tomada de decisão:** Feita de forma democrática com a população.

O Instituto Candombá adota um modelo de autogestão, em que todas as decisões são tomadas de forma coletiva pelos associados, não sendo seguidas estruturas hierárquicas mais comuns como um gestor e seus funcionários. A entrevista evidencia que há divisão de tarefas com base nas aptidões de cada

membro, mas todos têm acesso às informações e podem assumir qualquer função, garantindo transparência e corresponsabilidade. A prática da escuta, do debate e do consenso é valorizada como parte do cotidiano, o que reforça a democracia interna e a construção coletiva do projeto.

- Papel da população: Envolve participação, apropriação e aprendizado dos atores.

A atuação dos associados demonstra apropriação dos princípios do projeto, com aprendizado contínuo tanto técnico quanto relacional. A fala da entrevistada evidencia que os associados passaram por um processo de transformação pessoal ao longo da criação do Instituto. A participação também vai além dos associados, pois os consumidores tornam-se parceiros do espaço e dos seus valores ali presentes.

- Sistemática: Baseada em organização, planejamento e sistematização do conhecimento.

O modelo de negócio do Instituto Candombá se estrutura a partir da transferência do projeto pelo Instituto Chão e adaptado ao contexto local. Há uma sistemática no funcionamento, que inclui precificação transparente, organização das funções, comunicação com os produtores, relatórios mensais abertos ao público, além de estratégias para engajar a comunidade local por meio de eventos, rodas de conversa e divulgação digital. Essa organização demonstra uma prática sistematizada, ainda que em constante adaptação, que permite ser reaplicada e estudada.

- Construção do conhecimento: Gera novos saberes a partir da prática.

A experiência prática proporcionou aprendizados sobre como adaptar um modelo que inicialmente funcionava em São Paulo para uma nova realidade local. Esse processo incluiu também a incorporação de novas estratégias de engajamento dos consumidores, como a realização de eventos no espaço. O aprendizado ocorre na vivência cotidiana, por meio dos erros e acertos, dos debates e dos processos de tomada de decisão coletiva.

- Sustentabilidade: A tecnologia social visa a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

A sustentabilidade, enquanto integração dos aspectos econômico, social e ambiental, é um dos pilares para a caracterização de uma tecnologia social. No caso do Instituto Candombá, observa-se um compromisso evidente com práticas sustentáveis, como a valorização de alimentos orgânicos, a valorização de produtores parceiros e a adoção de um modelo de precificação baseado no preço de custo. Essas ações contribuem para o acesso a alimentos saudáveis e fortalecem relações mais justas. No entanto, o Instituto ainda não dispõe de dados sistematizados que permitam avaliar com profundidade os impactos socioambientais e econômicos de sua atuação, especialmente no que diz respeito à transformação da realidade dos agricultores envolvidos.

Em comparação, o estudo de Figueiredo, Montebello e Norder (2020) sobre o Instituto Chão demonstrou resultados mais consistentes nesse parâmetro, como incentivo à diversificação produtiva, melhoria das condições de trabalho no campo, equilíbrio ambiental e aumento da autonomia econômica de agricultores familiares que possuem relações comerciais com o Chão. No Candombá, apesar de princípios semelhantes estarem em prática, ainda é necessário realizar investigações futuras para compreender como a sustentabilidade está sendo trabalhada.

- Ampliação de escala: Promove aprendizados que inspiram novas experiências.

A experiência do Instituto Candombá é, por si só, uma reaplicação adaptada do modelo do Instituto Chão. Para se adequar a outra cidade, foi preciso redesenhar estratégias, enfrentar resistências culturais, desenvolver novas linguagens e metodologias de engajamento. Esse processo produz aprendizados e compartilha com outras experiências não apenas os princípios, mas também as soluções e desafios enfrentados.

Diante dos elementos analisados, é possível afirmar que o Instituto Candombá se configura como uma experiência de tecnologia social, alinhada aos parâmetros definidos pelo Instituto de Tecnologia Social Brasil (ITS, 2004). A iniciativa reúne construção coletiva e um modelo pautado pela transparência, autogestão e fortalecimento de redes econômicas alternativas. Sua origem na experiência de incubação com o Instituto Chão demonstra a viabilidade de

adaptação e reaplicação de modelos de economia solidária em diferentes territórios, respeitando singularidades locais sem renunciar a princípios fundamentais, como a venda a preço de custo e a valorização da agricultura orgânica familiar.

Embora o parâmetro da sustentabilidade, em sua dimensão econômica, social e ambiental, ainda exija maior aprofundamento, os demais parâmetros se mostram mais expressivos. O Instituto Candombá oferece, assim, um exemplo potente de como práticas baseadas na autogestão, na transparência e consumo consciente podem construir alternativas reais e reaplicáveis, contribuindo efetivamente para a construção de um outro modelo de economia e de sociedade.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar de que maneira a gestão pautada nos princípios da economia solidária pode ser compreendida como uma tecnologia social, por meio do estudo de caso do Instituto Candombá, apresentando sua trajetória e funcionamento. A pesquisa permitiu identificar que os princípios da economia solidária, como a autogestão, a transparência, a valorização do trabalho, o consumo consciente e a cooperação, estão presentes de forma estruturante na prática cotidiana do Instituto. Desde sua criação, e experiência de incubação pelo Instituto Chão, o Candombá adaptou esse modelo a um novo local, construindo relações com outros produtores e consumidores.

A consolidação dessa iniciativa em Campinas demonstrou que a economia solidária, longe de ser um ideal abstrato, pode se materializar em experiências concretas de organização econômica, desde que apoiada em redes colaborativas e práticas coerentes com seus princípios. A partir da análise dos parâmetros definidos pelo Instituto de Tecnologia Social Brasil (ITS, 2004), foi possível concluir que o Instituto Candombá reúne as características necessárias para ser considerado uma tecnologia social e apresenta potencial de reaplicação e transformação social. Assim, o modelo de gestão e negócio do Instituto Candombá e do Instituto Chão oferecem não um modelo rígido, mas um conjunto de princípios e ferramentas adaptáveis, capazes de inspirar outras experiências

orientadas pela soberania alimentar, pela justiça social e pela democratização dos canais de comercialização de alimentos.

Para pesquisas futuras, sugere-se o aprofundamento da relação entre economia solidária e comercialização de alimentos da agricultura familiar, especialmente no que tange à geração de renda e fortalecimento das redes de cooperação. Também se aponta como relevante a investigação sobre os diferentes modelos de certificação (participativos ou não), avaliando quais oferecem melhores condições aos agricultores para escoamento de suas produções. Por fim, ressalta-se a necessidade de retomada e fortalecimento de políticas públicas de fomento à economia solidária e ao financiamento de tecnologias sociais, fundamentais para garantir a continuidade e o florescimento de iniciativas coletivas como a do Instituto Candombá.

3.6 REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 592 p. 2002.

ANTUNES JUNIOR, W. F.; *et al.* **Agricultura familiar, mercado e agroecologia: cabem todos na mesma cesta?** Nucleus, Ituverava, v. 16, n. 2, p.197-210, out. 2019. ISSN 1982-2278. Disponível em: <<http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/3597>>.

CAMPOS, C. **Mercado de produtos orgânicos na Vila Madalena é modelo de negócio**. 2024. O estadão. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/paladar/mercado-de-produtos-organicos-na-vila-madalena-e-modelo-de-negocio/?srsltid=AfmBOorP6u-TyZgcgoX8GeRVmJe4_x68EJBwHBmsHXRhfUUEyIPHK8bT>.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, A. J. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p.

CAPORAL, F. R. **Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. In: CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira de (Org.). *Princípios e perspectivas da Agroecologia*. Paraná: IFPR, 2011. p. 123-63.

CHEUNG, N. K. Y. **Redes alimentares alternativas na metrópole de São Paulo: movimentos de proximidade entre agricultores e consumidores em tempos de pandemia**. 2022. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em

Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal de São Carlos. 96 p. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/16995/Dissertacao_NataliaKwokYeeCheung.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

CONTRIGIANI, A. C. *et al.* **Trajetória para a construção de um circuito curto de comercialização por meio do cooperativismo: o caso das cestas agroecológicas do Assentamento Milton Santos.** Revista de Gestão e Secretariado. v. 14, n. 4, p. 5745-5760, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.7769/gesec.v14i4.2019>>.

CORREA, L. O. R. **Economia popular, solidária e autogestão: o papel da educação de adultos neste novo cenário.** 2018. Porto Alegre: p.19. Disponível em: <<https://ifil.org/rcs/biblioteca/correa.htm>>.

DAGNINO, R. **Tecnociência solidária: um manual estratégico.** Marília: Lutas Anticapital, v. 12, 2019.

DAROLT, M. R. **Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores.** Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, v. 470, 2017.

DE MEDEIROS, C. B. *et al.* **Inovação social além da tecnologia social: constructos em discussão.** Race: revista de administração, contabilidade e economia, v. 16, n. 3, p. 957-982, 2017.

FAO. **The 10 Elements of agroecology.** FAO: Roma, Itália. 2018. Disponível em: <<https://www.fao.org/agroecology/overview/overview10elements/en/>>.

FERREIRA, L. C.; SOUZA, R. T. **Certificação e mercado de orgânicos no Brasil: avanços e desafios.** Cadernos de Agricultura Sustentável, v. 5, n. 1, p. 40–52, 2017.

FIGUEIREDO, E. **Desenvolvimento rural por meio da comercialização da agricultura familiar: um estudo de caso no Instituto Chão.** 2020. 132p. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal de São Carlos. Disponível em <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12875>>.

FIGUEIREDO, Ed.; MONTEBELLO, A. E. S.; NORDER, L. A. C. **Organização e práticas de economia solidária com agricultores familiares: o caso do Instituto Chão.** Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 3, p. 10348-10370, 2020.

FRANZONI, G. B.; DA SILVA, T. N. **Inovação Social e Tecnologia Social. O Caso da Cadeia Curta de Agricultores Familiares e a Alimentação Escolar em Porto Alegre/RS.** Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí. n. 37. Edição Especial 2016: Empreendedorismo e Inovação p. 353-386.

FREITAG, C.; KLESENER, H. M.; PLEIN, C. **Contribuições do cooperativismo solidário para agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável.** Revista Orbis Latina-Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras-ISSN: 2237-6976, v. 9, n. 1, p. 95-109, 2019.

GAIGER, L. I. (2004). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Ufrgs Editora.

GAIGER, L. I. **Economia solidária: trajetória, debates e desafios.** Sociedade e Estado, v. 34, n. 3, p. 579-606, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real: Série Métodos de Pesquisa.** 2ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HECHT, S. *et al.* **La evolución del pensamiento agroecológico. Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable.** v. 4, p. 15-30, 1999.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário 2016.** Brasília, 2017. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/>>.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Atlas do espaço rural brasileiro.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>>.

ITS (Instituto de Tecnologia Social). **Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social.** In: DE PAULO, A. et al. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

MARTOS, S. R. **Economia solidária em Londrina: entre os princípios e a práxis.** Dissertação. Universidade Estadual de Londrina. 2013.

MIRA, P. M.; *et al.* **Consumo responsável e economia solidária como estratégia de comercialização para agricultura familiar.** Cadernos de

Agroecologia, v. 13, n. 2, dez. 2018. Edição dos Anais do 3º Seminário de Agroecologia da América do Sul. Disponível em: <<http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/2356/2123>>.

MOLINA, W. de S. L. *et al.* **A Economia Solidária no Brasil frente ao contexto de crise COVID-19**. Otra Economía, v. 13, n. 24, p. 170-189, 2020. Disponível em: <<https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14914/9547>>.

NAGIB, G. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas**. 2016. Tese de Doutorado. Pós-graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. 434p. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05082020-171328/pt-br.php>>.

NAGIB, G. **O espaço da agricultura urbana como ativismo: alternativas e contradições em Paris e São Paulo**. 2020. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. 491p. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05082020-171328/pt-br.php>>.

NAGIB, G.; NAKAMURA, A. (2020). **Urban agriculture in the city of São Paulo: New spatial transformations and ongoing challenges to guarantee the production and consumption of healthy food**. Global Food Security. 26. 100378. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2020.100378>. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211912420300328>>.

NAKAMURA, A. C. **Cooperapas: agricultura e cooperativismo no extremo sul do município de São Paulo**. 2017. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. 303p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09032017-090516/publico/2017_AngelicaCamposNakamura_VCorr.pdf>.

NORDER, L. A. *et al.* **Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias**. Ambiente & Sociedade, v. 19, p. 01-20, 2016.

PIRES, J. H. S.; NOVAES, H. T. **Estudo, Trabalho E Agroecologia: A Proposta Política Pedagógica Dos Cursos De Agroecologia Do Mst No Paraná**. Germinal: Marxismo e educação em debate, 8(2), 2016. 110–124.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. **A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável**. Revista de Administração Pública, v. 42, p. 1069-1094, 2008.

ROVER, O. J.; DAROLT, M. R. **Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica.** Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social, p. 19-43, 2021.

SAMPAIO, R. C.; PAULA, C. de. **Manual de introdução às técnicas de pesquisa qualitativa em ciência política.** Brasília: Enap. 472p. 2024.

SCHNEIDER, S. **é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada.** Porto Alegre: UFRGS, 2016. Cap. 4. p. 93-136.

SEBRAE. **Tecnologias sociais: como os negócios podem transformar comunidades.** 2017. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AP/Anexos/Tecnologias-Sociais-final.pdf>>

SILVA, D. R. **Agricultura familiar e agroecologia: Um caso de desenvolvimento econômico no semiárido alagoano.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) 2019. 160p.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Economia Solidária.** In: CATTANI, A. D. (Org). A outra economia. Porto Alegre. Veraz, 2003. p 116-24.

UENO, V. A. *et al.* **Estratégias de comercialização da agricultura familiar: estudos de caso em assentamentos rurais do estado de São Paulo.** Simpósio sobre reforma agrária e questões rurais, v. 7, 2016. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1065665/1/2016AA50.pdf>>.

WEZEL, A. *et al.* **Agroecology as a science, a movement and a practice. A review.** Agronomy for sustainable development, v. 29, p. 503-515, 2009.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar.** Porto Alegre, UFRGS, 2008.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAL

A presente dissertação demonstrou que a economia solidária, aplicada ao contexto agrícola, constitui um campo de pesquisa em expansão e de caráter multidisciplinar. A primeira parte da pesquisa, utilizando a metodologia de análise bibliométrica permitiu identificar o crescimento das publicações nos últimos anos,

bem como a relevância de áreas como ecologia, economia empresarial e agricultura para a consolidação desse debate. Observou-se que a economia solidária, além de mobilizar conceitos centrais como sustentabilidade e agroecologia, é compreendida como uma estratégia de transformação socioeconômica, favorecendo práticas de produção e comercialização pautadas na autogestão, no fortalecimento de vínculos entre agricultores e consumidores e na busca por modelos que conciliem sustentabilidade ambiental, viabilidade econômica e justiça social.

O estudo de caso com o Instituto Candombá aprofundou essa discussão ao revelar como os princípios da economia solidária podem se materializar em experiências concretas de organização econômica, caracterizando-se como uma tecnologia social. A trajetória do Instituto evidenciou a relevância de práticas como a cooperação, a valorização do trabalho e a transparência, demonstrando que, quando apoiadas em redes colaborativas, essas iniciativas se consolidam localmente e podem oferecer referenciais para reaplicação em outros contextos. Nesse sentido, o Instituto Candombá contribui para o entendimento de que a economia solidária ultrapassa a dimensão conceitual, podendo se traduzir em práticas efetivas de democratização dos canais de comercialização de alimentos.

Em conclusão, os dois capítulos articulados nesta pesquisa reforçam a importância de analisar a economia solidária sob diferentes perspectivas: de um lado, como campo científico em construção quando vinculado a temas de ciências agrárias, de outro, como prática social com potencial transformador. Essa integração possibilitou evidenciar lacunas e indicar caminhos para futuras investigações, tais como a identificação dos atores envolvidos nos sistemas agroalimentares solidários, a análise comparativa de modelos de certificação e a retomada de políticas públicas de fomento às tecnologias sociais. Assim, esta dissertação contribui para o avanço do conhecimento sobre a economia solidária em contextos agrícolas, oferecendo subsídios para novas pesquisas e para o fortalecimento de iniciativas que integrem a geração de renda, a equidade social e a preservação ambiental.

APÊNDICES

APÊNDICE 1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE): INSTITUTO CANDOMBÁ

Eu, Aline Poncio, estudante do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar o (a) convido a participar da pesquisa “Comercialização de Alimentos: Convergências entre Agroecologia e Economia Solidária” orientada pela Profa. Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello.

1. Natureza da Pesquisa: Essa pesquisa possui o objetivo realizar um estudo de caso com o Instituto Candombá, investigando como os princípios da economia solidária são utilizados e se este modelo de mercado pode ser considerado uma tecnologia social.

2. Participantes da Pesquisa: Participa dessa pesquisa associados do Instituto Candombá.

3. Envolvimento na Pesquisa: Você foi selecionado(a) por ser um(a) dos(as) associados(as) do Instituto Candombá e sua participação não é obrigatória. Caso aceite participar da pesquisa, será necessário em média 40 minutos para a entrevista, em que serão realizadas perguntas de um questionário semiestruturado. Solicito sua autorização para gravação em áudio da entrevista e de anotações enquanto estivermos conversando. As gravações realizadas durante a entrevista semiestruturada serão transcritas pela pesquisadora garantindo que se mantenha o mais fidedigno possível. O/A senhor(a) tem a liberdade de recusar a participação a qualquer momento sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através dos contatos da pesquisadora informados abaixo, e, se necessário, através do

telefone do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos.

4. Realização da entrevista: A realização da entrevista deve ocorrer com dia e horário combinados previamente entre as duas partes.

5. Riscos e desconforto: Considerando que toda pesquisa envolve riscos, você pode se sentir desconfortável e poderá deixar de responder ou desistir de responder em qualquer momento, sem prejuízo algum. A participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas. Contudo, você poderá se sentir cansada(o), com sono, com estresse ou com outros desconfortos. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua saúde ou dignidade do(a) participante.

6. Benefícios: Ao participar desta pesquisa espera-se que este estudo resulte em informações importantes para o fortalecimento de canais alternativos de comercialização de alimentos. Além disso, todo o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa poderá ser organizado e apresentado na forma de artigos, apresentação em reuniões científicas e atividades como palestras, onde a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item seguinte, bem como proporcionar informações que poderão ser utilizadas para construção de novos conhecimentos sobre desenvolvimento econômico sustentável.

7. Confidencialidade: Os dados coletados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação e as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. A qualquer momento você poderá desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento. O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, receberá assistência imediata e integral e terá direito à indenização. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas

letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

8. Recusa da participação: Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

9. Despesas: Não haverá despesas decorrentes da participação na pesquisa. E não haverá compensação em dinheiro pela sua participação.

10. Qualquer dúvida sobre o projeto e sua participação pode ser direcionada a pesquisadora pelo telefone ou e-mail disponibilizados abaixo, agora ou a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

A pesquisadora me informou que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar, que, vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem a responsabilidade de garantir e fiscalizar que todas as pesquisas científicas com seres humanos obedeçam às normas éticas do País, e que os participantes de pesquisa tenham todos os seus direitos respeitados. O CEP-UFSCar funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís, km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Telefone (16) 3351-9685. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D – Edifício

PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61)
3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

Local e data:

NOME E ASSINATURA DA ESTUDANTE

NOME E ASSINATURA DO(A) PARTICIPANTE

APÊNDICE 2. ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – INSTITUTO CANDOMBÁ

Data da entrevista:

__/__/____

Bloco 1. Criação do Instituto Candombá

1. Como foi o processo de incubação do Instituto Candombá junto ao Instituto Chão?
2. Você acredita que a reaplicação deste modelo de mercado poderia ocorrer em outros locais?
3. Quais estratégias foram utilizadas para adaptar esse modelo de mercado ao contexto local?

Bloco 2. Funcionamento do Instituto Candombá

4. Como o Instituto é gerido?
5. Todos os associados possuem as mesmas funções?
6. Como o Instituto utiliza os princípios da economia solidária?
7. Como os valores dos alimentos vendidos são definidos?
8. Como funciona a contribuição dos consumidores? É voluntária?

Bloco 3. Alimentos

9. Quais são os principais parâmetros utilizados para a seleção dos alimentos vendidos no Instituto?
10. Todos os alimentos vendidos no Instituto são orgânicos?
11. Quais são os alimentos mais buscados pelos consumidores do Instituto?
12. Quais as principais origens dos alimentos *in natura* do Instituto? São de agricultores da região?
13. Existe alguma ação realizada para evitar desperdício de alimentos?

Bloco 4. Agricultores

14. Há algum tipo de organização de agricultores (como associações, cooperativas etc.) que fornecem alimentos para o Instituto Candombá?

15. Existe alguma ação voltada à proximidade com os agricultores e/ou movimentos sociais da região?
16. Qual a principal origem dos alimentos? São de quais estados?

Bloco 5. Consumidores

17. Na sua opinião o que motiva os consumidores frequentarem o Instituto Candombá?
18. Existe alguma ação voltada à proximidade com os consumidores?
19. Como ocorre a comunicação do Instituto Candombá com os consumidores? Através de redes sociais, por exemplo?